

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, NUMA BIOGRAFIA DE ANÍSIO TEIXEIRA

José Otávio

Historiador paraibano, coordenador do
Fórum Universitário da UFPB, autor de *A
Revolução Estatizada Um Estudo sobre a
Formação do Centralismo em 30* (1984)

Se admitirmos como válida a observação de que o político é aquele que, preocupado com a atualidade, enxerga o presente, enquanto o estadista, voltado para a História, antecipa o futuro, poucos livros terão resultados tão apropriados quanto este **Anísio Teixeira — Estadista da Educação**, com que, pouco antes de morrer, nos brindou o jurista e escritor baiano Hermes Lima, pela Editora Civilização Brasileira.

Grande tema! Belo livro!

O tema reside na evolução da educação brasileira, neste século, não considerada em si mesma, mas em sintonia com as conotações político-administrativas, pedagógicas, econômico-sociais, religiosas e institucionais que lhe balizaram os avanços e recuos. Quanto ao conteúdo, **Anísio Teixeira — Estadista da Educação** se impõe como obra de construção definitiva em que a admiração do autor biografado não perturbou a exatidão do analista, pois antes a reforçou, pela maneira como Hermes soube compreender e a seguir exaltar o grande educador e a grande vida em que se completaram a personalidade absolutamente superior de Anísio Spínola Teixeira.

Largueza e interiores em Hermes Lima

Para mim que, desde a antiga Faculdade de Direito da praça João Pessoa, me habituei a lidar com a obra de Hermes Lima, para cuja compulsão integral somente faltou o crucial *Lições da Crise*, preparado em cima dos acontecimentos políticos brasileiros de 1954/5, não me surpreendeu o ensaio sobre Anísio — de certa forma, ele já se encontrava pressentido no livro anterior, *Travessia*, que comentei em 1975 por *A União* e, a seguir, pela revista *Horizonte* da Universidade da Paraíba.

Explico melhor. Nada obstante a feição autobiográfica, que, ao final, o permeia de considerações sobre Política Internacional, por ter sido a atividade sobre a qual, no ocaso da vida pública, incidiu o autor, *Travessia* pode ser considerado livro telúrico e, além do mais, largo e de interiores, pela circunstância de os primeiros capítulos recaírem sobre os sertões baianos do início do século, que Hermes Lima freqüentemente contraponteia com o urbanismo da sociedade brasileira, acelerado pela Revolução de 30.

Assim também em *Anísio Teixeira — Estadista da Educação*. Aproveitando-se ser Anísio, um sertanejo da Bahia, e no caso de Caetité, cidadezinha encravada na Chapada Diamantina, com suas ametistas, latifúndios pecuários e animada agricultura de subsistência que lhe definiram o perfil econômico (págs. 10/11 e 25), antes de certa prosperidade trazer-lhe substancial “equipamento burocrático, eclesiástico e administrativo” (pág. 11), coroado com a criação do bispado e, sobretudo “a transfiguração da vida de Caetité, numa primavera escolar”, já no início do século, Hermes Lima montou os primeiros capítulos, significativamente intitulados “A Cidade de Caetité”. Os primeiros anos de Anísio e “Os Teixeiras e os Spínolas”, sobre aquela mesma espaçosidade geográfica de *Travessia*, centrado em Vila Velha, hoje Livramento do Brumado.

No centro dessas analogias e dominando a tudo, o perfil humano-conceptual, mas sobretudo a larga e espaçosa trajetória (nova “Travessia”, no caso?)m daquele que, no livro de memórias de Hermes, já aparece como dínamo gerador da Universidade do Distrito Federal (pág. 103 e segs.) e uma das figuras que, juntamente com Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Gabriel Passos, João Mangabeira, Darci Ribeiro, Osvaldo Aranha e Artur Bernardes, mais o impressionariam:

“Dotado de penetrante lucidez, que o singularizava entre os contemporâneos, iluminava-o o dom da adolescência, que ajuda o mundo, todas as manhãs, a nascer de novo”.

Nas raízes de um pensamento

Em Anísio Teixeira, é de ressaltar o caráter integralmente teórico e prático que lhe marcou a experiência como homem de pensamento e ação em que se converteu Anísio Teixeira. Pensamento e Ação faz-se, aliás, o título da excelente coletânea assinada, pôr entre outros, Jaime de Abreu, Fernando de Azevedo, Gilberto Freire e Lourenço Filho.

O pensamento, no que significava disciplina mental, ordenação lógica e capacidade de apreensão da realidade, a partir dos dados conhecidos pela experiência, Anísio Teixeira, segundo Hermes Lima o apurou ainda em Caetité (pág. 16 e segs.), no Colégio São Luiz, mantido pelos jesuítas e onde “desponta em Anísio a atração admirativa pela Companhia”, tanto mais porque “a seriedade de pensamento, a pureza de costumes talhavam Anísio para um destino que bem podia ser sacerdotal”.

No Colégio Antônio Vieira, da Bahia, para onde se transferiu, já pós-ginasiano, tais pendores iriam acentuar-se pela mão (pág. 18) do padre Luiz Gonzaga Cabral, que o elegeu a maior recompensa da nova vinda dos jesuítas à Bahia”. No depoimento do biógrafo e exegeta, “Passou Anísio, então, a viver seu sonho ardente de loyoliano, durante todo o curso de direito, iniciado na Bahia, concluído no Rio, em que foi destacado congregado mariano” (pág. 18).

“Esse sonho loyoliano de Anísio não tinha mesmo como prosperar. Acabaria esvaindo-se”. A oposição paterna de um lado, nutrida do anti-clericalismo das vertentes republicanas do início do século, a indiferença da mãe por crenças sobrenaturais, do outro (págs. 19 e 21), além do próprio entendimento sustentado pelo então jovem bacharel em carta de 18.05.23, segundo a qual “temos sempre uma missão a cumprir e toda missão dos homens é social (pág. 21), haveriam de se conjugar para levar o homem que tinha a idade do século a novos horizontes.

Uma vocação missionária

Que ficaria da primitiva experiência religiosa em Anísio Teixeira? Para mim, certo ideal apostolar e, de parceria à disciplina militante para o trabalho intelectual inoculada pelos jesuítas, uma vocação para a procura que se fará inseparável companheira de Anísio Teixeira.

No capítulo “Posição Religiosa” (págs. 59/68), Hermes Lima explica a transição muito mais que a ruptura que se operou no espírito de Anísio. “Torturado pela necessidade metafísica do absoluto”, coube-lhe ir a Roma em pleno Ano Santo de 1925, onde, congregado

mariano, recebeu diversas deferências como a de alojar-se no Colégio Pio Latino-Americano e a bênção pessoal do então Papa Pio XI. Os Estados Unidos, parada seguinte, haveriam de reorientá-lo, a ponto de Monteiro Lobato, com a proverbial intuição dos homens e das coisas, flagrá-lo como “lapidado pela América”. Foi lá que, ao contato com a filosofia de Dewey e Killpatrick, pejada de pragmatismo, cientificismo e naturalismo, “ele chega católico aos Estados Unidos e de lá regressa liberto de qualquer crença revelada” (pág. 60).

No entanto, se “a cena social dos Estados Unidos, sobretudo vista da Universidade, que foi o campo onde ele pensou e trabalhou, reforçou-lhe a fé democrática e republicana, ampliou-lhe as perspectivas futuras da obra educacional, ofereceu-lhe a motivação de um pensamento organizador que se arrematava por uma concepção do mundo naturalista e científica” (pág. 61).

“Ao perder a fé católica, permaneceu intacto em Anísio o espírito de devoção, o espírito missionário tão profundo em sua personalidade moral (...). Da formação religiosa guardou Anísio o pendor missionário, a ardência do imperativo moral que, transcendendo o ato sensitivo de existir, coloca seu portador no plano do destino tecido pelas coordenadas da vontade e pela entrega a um apostolado, a uma missão”.

Permiti-me essas primeiras considerações sobre o autor de *Educação para a Democracia*, considerada sob a ótica hermeslimeana, para ressaltar o que sempre me fascinou em Anísio Teixeira e se traduziu na capacidade de rasgar novos caminhos em Pedagogia, Sociologia e Filosofia Educacional, na Administração Escolar — a sede da procura (“procura e encontrarás”), muito mais bíblica que a ataraxia do encontro.

A dialética contra o leviatã

Foi isso, por certo, que situou Anísio no centro de universo existencial que, de raiz dialética, equilibró-o sempre por sobre os aparentes antagonismos dos valores que sucessivamente professou.

Da religiosidade ao cientificismo, da fé ao agnosticismo, da liberdade ao socialismo, da educação seletiva àquela de índole pública e ordenada pelo Estado, do aparente tecnicismo a um participacionismo político que o levou sempre a manifestar-se sobre os grandes problemas nacionais — eis Anísio Teixeira tal como relevado por Hermes Lima em *O Estadista da Educação*.

A circunstância de que contra ele se hajam coligado o obscurantismo e a intolerância, sob a forma de fascismo em 1935, clericalismo em 1958 e autoritarismo em 1964, serve apenas para comprovar o caráter enraizadamente repetitivo e conservadorista da educação brasileira. Não foi outro, mais recentemente, o destino dos que se lançaram a reformulá-la, sob nítida inspiração anisioiteixeireana, através os dois Paulos — de Tarso e Freire — Darcy Ribeiro, Laura de Oliveira Lima, Dermeval Trigueiro Mendes e Florestan Fernandes.

A ação já na Bahia

A ação, que constituiu, ao lado do preparo teórico e disciplina mental haurida nos jesuítas, o outro parâmetro do apostolado cívico-pedagógico desenvolvido por Anísio Teixeira, começou a delinear-se muito cedo no universo anisioiteixeireano. Com a década de vinte refletindo as mutações do primeiro pós-guerra e a Reação Republicana de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, significando “a aura anti-oligárquica soprada pela anônima, vaga insatisfação geral contra a escassa, burlada representatividade dos mandatos políticos”, ampliava-se o espaço político-cultural brasileiro em busca de novas formulações de que a Semana de Arte Moderna, irrupção tenentista, Coluna Prestes, Aliança Liberal e Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (de 1932 e com Anísio Teixeira à frente, mas dentro do mesmo contexto), constituiriam expressão.

Na Bahia da mesma década, esse elenco de circunstâncias renovadoras prevaleciam no nível da administração Góes Calmon, “o primeiro Governador a romper a tradição pela qual a escolha do chefe do Executivo teria de recair em alguma figura consagrada pela militância nos partidos. Góes Calmon vinha do professorado, era lente de História do Ginásio, a Bahia, procedia da advocacia, consagrara-se nas atividades financeiras e, a esse tempo, presidia o Banco Econômico, o mais antigo do Estado, hoje centenário, por ele modernizado. Permaneceu equidistante da política no sentido partidarista da palavra. Possuidor de boa informação histórica e econômica de sua terra, distinguiu-o singular vivacidade de espírito e incomum percepção de qualidades pessoais. Preservara a autonomia de sua visão da carga estorvante de preconceitos e rivalidades. Por sua iniciativa, abriram-se na estrutura administrativa tradicionalista e conservadora das responsabilidades de chefia as primeiras brechas. Sacudiu o quanto pôde o ramerrão da rotina e das consagrações formais” (págs. 37/8).

Com Anísio Teixeira, de apenas vinte e três anos, na Inspeção Geral do Ensino, Góes concedia a medida de seus propósitos renovadores no campo da educação. E Anísio não o decepcionaria. Com vocação aglutinadora que levava a reunirem-se em torno de si na elegante pensão Tammer, onde então residia, a fina flor da intelectualidade baiana, dividida entre as transformações sopradas pela revolução social e a preservação da ordem imaginada pelos maurrasianos simpatizantes da *Action Française* (págs. 40/1), Anísio Teixeira lançar-se-ia a trabalho capaz de conduzi-lo, anos mais tarde, à Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Adversário, então, da escola única, tal como preconizada por Carneiro Leão, no que “refletia a marca do aristocratismo haurido na formação intelectual jesuítica para o qual buscava apoio no sistema francês típico do dualismo classista, o ensino primário e independente do secundário” (pág. 43), Anísio Teixeira bater-se-ia por Plano Educacional que, relatado em grande estilo por Hermes Lima na Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa, asseguraria, apesar da oposição do Senado baiano, algumas apreciáveis inovações, como “o ensino de qualquer credo religioso, facultativo aos alunos e fora do horário escolar; faculdade atribuída do Governador de criar lugares na administração escolar no recesso da Assembléia que só funcionava quatro meses; interdição de ensinar ao professor incompetente ou relapso sob a garantia do processo administrativo; decretação de multa e até perda do pátrio poder ao pai que descursasse a educação dos filhos; curso de férias para professores; exigência aos estabelecimentos industriais de mais de duzentos operários de instalarem escola para os filhos dos trabalhadores, e pena de suspensão ao intendente que, apurado pelo Tribunal de Contas, houvesse desviado para outros fins a verba destinada à instrução” (pág. 47).

Se o meio era pobre e ericado de resistências, mais intensa fazia-se a disposição de Anísio Teixeira, sua fé inquebrantável numa educação desenraizada de preconceitos e a serviço do progresso social. Daí que “o jovem titular da Inspeção do Ensino encontrara uma organização pedagógica rotineira e pobre. 600 escolas elementares isoladas e apenas um grupo escolar custeados pelo Estado e cerca de 500 escolas municipais, com a matrícula de 23.428 alunos nas classes estudantis. Em 1927 esse número chegava a 79.884, ainda assim apenas 20,54% da população escolar, subindo a freqüência na mesma proporção. Tendo importante foi obter que sobre a receita geral a percentagem dos gastos com a Inspeção ascendesse de 4,55% em 1924 a 8,4% em 1927” (págs. 44/5).

As primeiras fixações

Datam dessa época algumas das primitivas fixações anisioteixeireanas.

A separação, fortalecida pelo academicismo, entre o ensino humanístico, voltado para as camadas superiores do organismo social, e o ensino técnico-profissional, reservado aos representantes dos estratos menos favorecidos, encontrou-o crítico e adversário implacável d'onde as reformas (pág. 51), introduzidas no Ginásio da Bahia, mediante construção de novos pavilhões e restauração dos gabinetes de física, química e história natural. Valorizada pela progressiva emancipação da mulher que a legislação eleitoral derivada da Revolução de 30 consagrara, "a situação das Escolas Normais, dominadas tradicionalmente pelo espírito de ginásios para moças", conforme as qualificava Anísio, dele mereceu atenções especiais, por partir do princípio de que a formação do professor primário é, sem contestação possível, a formação especializada de um profissional" (págs. 51/2).

O Ensino Normal foi, como se sabe, uma das chaves da pedagogia anisioteixeireana. Na Paraíba, os que se lançaram na senda de seu fortalecimento — Dermeval Trigueiro, Afonso Pereira, Kleber Marques, José Pedro Nicodemos, Stênio Lopes, Daura Santiago e José Medeiros Vieira — não desmentiam a inspiração de que se faziam portadores, como seguidores de Anísio Teixeira.

Mas Anísio não ficou apenas nisso. Da experiência baiana de 1924/28 resultaria, através da conversão da antiga Inspetoria Geral de Instrução, a Lei nº 1846, de 14 de agosto de 1925, que "durante trinta e dois anos, até o Governo Otávio Mangabeira, perdurou substancialmente como o estatuto básico do sistema educativo da Bahia" (pág. 50).

Encontro Marcado e Bases Político-Filosóficas

Toda a vida e principalmente as grandes vidas, como a de Anísio Teixeira, possuem os instantes cruciais, seus encontros marcados. Deu-se o de Anísio em 1931, ao ascender à Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, então autônomo, mas sob prefeito nomeado (Pedro Ernesto).

Foi aí que seu nome, de educador já acatado no plano regional, consolidou-se a nível nacional e internacional. Foi igualmente aí que a sociedade brasileira, como um todo, experimentou alguns dos avanços mais consideráveis com a Educação, pela mão de Anísio, inserida nesse contexto de transformações que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova transportava para o terreno pedagógico.

Não por acaso é o capítulo “Administração de Anísio Teixeira no Antigo Distrito Federal, de 1931 a 1935. Contexto ideológico do período. Reforma, problemas e resultados” (págs. 101/121), prolongado no seguinte, “Antecedentes Políticos da Revolução de 1930. Novas Correntes Ideológicas. O levante de 1935. Afastamento de Anísio”, o mais importante do livro de Hermes Lima sobre o Estadista da Educação. Também não por acaso sobrevivem após os que se detém acerca das posições filosófica (págs. 99/86) e política (págs. 87/100), de Anísio Teixeira.

Isso significa que em 1931, plasmada a personalidade político-filosófica e definida a identidade pessoal, Anísio Teixeira já se encontrava pronto para a experiência que tanto reorientaria a educação brasileira, até então somente arranhada pelos experimentos de Carneiro Leão e Fernando Azevedo no antigo Distrito Federal.

Se, filosoficamente, Anísio, a partir da assimilação do pragmatismo de John Dewey — simultaneamente reflexo e suporte do progresso técnico-industrial dos Estados Unidos — se definira por entendimento de que a família já não educava como no passado, daí porque “cabe assim à escola absorver em parte funções tácitas ou tradicionais da família, da classe, da Igreja e da própria vida comunitária” (pág. 81). Politicamente suas concepções afinavam com o diapasão de quem sempre se revelara favorável à ampliação dos poderes educacionais do Estado, democraticamente organizado.

Crente das potencialidades “desse ato de fé no homem comum”, no que transparecia aversão às místicas carismáticas dos fascismos e generalismos, Anísio Teixeira fazia-se politicamente um moderado. Mas essa moderação, consciência democrática e não fuga, respeito ao próximo e não alheamento escapista, não o impedia manifestar-se, pela coincidência do humanismo democrático e do humanismo socialista (pág. 90), pela primazia das utopias sobre as ideologias (pág. 91), e por certa consciência de revolução social que cumpre racionalizar, através da educação pública ao invés de privada, universal ao invés de familiar ou grupal, democrática ao invés de elitista. Na presciente observação de Hermes Lima, “O nosso é um tempo de revolução social, dizia Anísio aos estudantes reunidos em congresso, em 1949, na Faculdade de Medicina da Bahia. Ele tinha por certo que a revolução irrompera incontida das entranhas da revolução tecno-industrial moderna e o problema era agora dirigi-la e orientá-la para o maior bem do homem e menor sofrimento possível da coletividade. Em 6 de janeiro de 1947, em mensagem irradiada de Paris, Anísio acentuava que “a tremenda aceleração das forças de nossa evolução histórica gerara um “estado revolucionário permanente”, de onde “o caráter doloroso e difícil de nosso tempo”.

Advertia: “Temos de pôr ordem em uma revolução permanente e esta ordem, por força mesmo das coisas, só pode provir da inteligência” (pág. 94).

Em *Anísio Teixeira — Estadista da Educação*, Hermes Lima não o explicita mas abre caminho para certo tipo de entendimento. É que, ao enfatizar as liberdades de pensar e de organização, dentro da sociedade moderna, dinamizada pela expansão das forças produtivas, bem como democratizada pela igualdade de oportunidades, Anísio aproximava-se do liberalismo radical de Bertrand Russel, não por acaso filósofo também adversário do *establishment*, e que sempre dedicou especial relevo à educação.

Educação e Contexto Social nos Anos 30

Seja como for, foi com essas armas que Anísio Teixeira lançou-se ao encontro do destino, que lhe chegava como desafio, à frente da Instituição Pública do Antigo Distrito Federal. É fora de dúvidas que, mais Sociólogo e Historiador do que biógrafo, tendência que já aflorava em *Travessia*, é aí que Hermes Lima cunha algumas das melhores páginas de *Anísio Teixeira — Estadista da Educação*, valorizado pela reprodução do ambiente da época. Nas palavras de Anísio, “um descontentamento generalizado de gente que não sabe o que conseguiu” emergiu até a feroz repressão que desabou, alcançando biógrafo e biografado, Hermes Lima e Anísio Teixeira.

Até chegar-se a tais distorções em 1935/6, num prenúncio da saída contra-revolucionária de 1937, era de utopias o tempo histórico que se abria, sob impulso das ilusões semeadas pela Revolução de 1930. Enquanto, no plano nacional da Educação, consumava-se a reforma Francisco de Campos (pág. 105), como primeiro fruto do recém-criado Ministério da Educação e Saúde (pág. 106), no Distrito Federal impunha-se o difuso tenentismo do Clube Três de Outubro, através uma de suas figuras mais dinâmicas, que foi o médico-prefeito Pedro Ernesto Batista, em que, segundo Hermes, “encarnou-se no melhor sentido da palavra um líder populista” (pág. 107).

Pela própria situação da sociedade brasileira nas fronteiras da industrialização, a orientação do prefeito Pedro Ernesto, a Anísio Teixeira reservar-se-ia importante função nesse momento histórico. Fê-lo em três níveis — administrativo, institucional e técnico-pedagógico.

Os dois primeiros eram meios, fim o último. Assim, enquanto administrativamente reformulavam-se os serviços da nova Secretaria de Educação do Distrito Federal, entregues a figuras da dimensão de Lourenço Filho, Delgado de Carvalho, Assis Ribeiro, Villa-Lobos

e Nereu Sampaio (pág. 109), institucionalmente buscava-se superar o fardo gravoso da herança colonial, *“pela descentralização que, responde Anísio, primeiro conduzirá à municipalização da escola, com administração local e professor local, este formado pelo Estado. Desde logo, a municipalização coloca a escola diretamente sob a proteção e a responsabilidade da população a que vai servir”* (pág. 112).

Foram dessa época, com o que se completaria no campo técnico-pedagógico o elenco de realizações anisioteixeireanas, a criação do Instituto de Educação, pela incorporação, num só estabelecimento, da antiga Escola Normal, que passou à categoria de Escola de Professores, precedida de curso ginásial, selecionador de candidatos e seu reequipamento, com laboratórios, oficinas destinadas a trabalhos manuais, gabinetes de geografia, ciências naturais e estatística, salas especiais para desenho e artes aplicadas, anfiteatros para aulas teóricas, gabinete médico e gabinete dentário, campo de jogos desportivos, museu de higiene, biblioteca geral e biblioteca infantil, refeitórios, de modo a convertê-la em modelo para todo o país.

Elevação da preparação do magistério a nível universitário, organização de orfeões em todas as unidades escolares, sob a coordenação geral do maestro Villa Lobos, criação e funcionamento do Instituto de Pesquisas Educacionais, confiado a Delgado de Carvalho, fundação, sob a liderança de Roquette Pinto, da PRD-5, estação irradiadora, cuja Rádio-Escola se incorporou ao Instituto de Pesquisas, nada escapou ao talento organizacional de Anísio Teixeira que se voltou ainda, pela disseminação do ensino técnico-profissional, para o fortalecimento das escolas profissionais que “à noite (...) desdobravam-se em cursos de extensão, aperfeiçoamento e continuação, entrando em contato direto com a população adulta, suas aptidões e interesses” (págs. 117/118).

Em Anísio Teixeira — Estadista da Educação, desponta aparente lacuna representada pela Universidade do Distrito Federal cujo primeiro reitor foi Afrânio Peixoto (1935), com a inspiração, todavia, derivada de Anísio Teixeira, ainda Secretário de Educação do D. F. Certamente por ele se haver referido em *Travessia* (págs. 103/4), Hermes Lima esquivou-se de focalizá-la mais amplamente em seu último livro em que a UDF ganha apenas apêndice retrospectivo e algo desconjuntado da seqüência da obra (págs. 182/5).

Em que aqui nos interessa a Universidade do Distrito Federal? Na circunstância de ter nela residido o pretexto para violenta campanha contra Anísio, logo afastado da Secretaria de Educação

(pág. 137 e segs.), pouco antes de, ostensivamente, o cutelo baixar sobre alguns dos mais eminentes professores da UDF, principalmente nas áreas de Direito e História (Castro Rebello, Leônidas Resende, Hermes Lima, Isnard Dantas Barreto, José Oiticica, Cândido Portinari).

A polarização dos anos 30

Cabem aí considerações mais amplas. Com a polarização *direita* versus *esquerda* dos anos 30 alcançando elevadíssimas temperaturas, mercê da aberta confrontação entre integralismo e Aliança Nacional Libertadora, a que se refere Hermes Lima em largas passagens de sua obra (págs. 104 e 133 e segs.), a reação recobrava forças, no afã de berrar, por meio da mobilização camisa-verde do fascismo tupiniquim, o avanço das correntes empenhadas em definir e ampliar o ideário da Revolução de 30.

Dentro dessa lógica de maniqueísmo, nem poderiam escapar Anísio nem o prefeito Pedro Ernesto — de balde, este começou a atirar carga ao mar, sacrificando aquele. A eterna conspiração, que é a conspiração de não mudar nada, reunia no mesmo saco democratas como Anísio, esquerdistas moderados como Pedro Ernesto, socialistas como Hermes Lima, marxistas como Prestes e Isnard Dantas Barreto, e o resultado foi o que se viu — com a inteligência banida e posta sob suspeita, Ernesto, Castro Rebello, Leônidas e Hermes foram parar no cárcere, João Mangabeira, Domingos Velasco e Abgar Bastos tiveram seus mandatos cassados, enquanto Anísio, absurdamente demitido do serviço público, retroagiu, foragido, aos sertões da Bahia, onde se pôs a traduzir livros para a Companhia Editora Nacional, de seu amigo Octalles Marcondes Ferraz, antes de, junto a este, ocupar, em São Paulo, o lugar cativo que lhe era reservado (págs. 141 e “orelha”. de Ênio Silveira).

A ofensiva clerical

Não foi esta a única perseguição movida contra Anísio Teixeira. Em 1958, recorda Hermes Lima, em outro capítulo importante de sua obra — “O Memorial dos Bispos Gaúchos contra a Presença de Anísio no INEP. O Movimento de Solidariedade Anísio” (págs.163/7) — a ofensiva proviria da vertente clerical, uma das mais incompatibilizadas com o liberalismo socializante de Anísio Teixeira.

A Igreja da época não era a Igreja de hoje, revitalizada em dimensão social pelo Concílio Vaticano II. Herdeira do reacionarismo da década de 30, onde a orientação da revista **A Ordem**, de Jackson

de Figueiredo, consorciava-se com a famosa Liga Eleitoral Católica, do Cardeal Sebastião Leme (págs. 73/4), a Igreja racionava, no terreno educacional, em termos confessionais e privatistas, d'onde o entendimento da IV Reunião ordinária da Confederação dos Bispos do Brasil, de 3 a 11 de junho de 58, fomentada por dom Vicente Scherer: "Longamente argumentada, a idéia fundamental do documento caracteriza a educação como obra da Família. Define a escola como a extensão da família, pois educar não é tarefa própria do Estado, pertencente a outro grupo natural, que lhe é anterior, exatamente a família. Não pode o Estado impor concepções de vida à família" (pág. 164).

1958, todavia, não reeditaria 1935, ao pé da letra. Nem o Presidente Juscelino era Pedro Ernesto, nem o momento histórico propiciaria repetição da espúria caça às bruxas que se seguiria ao *putsch* aliancista de 1935. Por isso, vitorioso e confortado com a unânime solidariedade dos intelectuais aleitados por Darcy Ribeiro (págs. 165/6), pôde Anísio continuar à frente do INEP, pelo menos até 1964, quando a suspensão de seus direitos políticos motivou enérgico protesto de Tristão de Ataíde a quem, dirigindo-se pelo telefone, o então presidente Castelo Branco explicou-se como pôde.

O Projeto Diretrizes e Bases

Esse embaraço à extraordinária amplitude da obra anisioteixeireana não constituía questão isolada. No conjunto, eles se articulavam, vinculados como se achavam, pelo traço comum do privatismo educacional, que o estatismo da escola gratuita de Anísio afrontava, do confessionalismo, com que o liberalismo de Anísio não se coadunava, do colonialismo interno —caudatário do colonialismo externo — que as posições renovadoras de Anísio Teixeira desafiavam.

No Brasil moderno, um dos polos da confrontação entre as duas orientações, dentro das quais se chocavam o passadismo recolonizador e o presente libertário, residiu na discussão do Projeto de Diretrizes e Bases (da Educação), formulado na aurora da redemocratização por comissão presidida por Clemente Mariani e procrastinado no Congresso durante doze anos.

Em 1958, relembra Hermes Lima à página 178, "o deputado Carlos Lacerda encaminhou substitutivo provocador nos meios educacionais de intensa discussão", cujo núcleo conceptual não dissimulava o conservadorismo que o animava: "educar, direito inalienável dos pais; a escola, órgão supletivo e colaborador dos pais; a escola educa por delegação, não há que impor obrigações aos pais e sim de imporem os pais obrigações ao Estado".

Nada obstante os protestos de setores que iam do Estado de São Paulo às revistas *Anhembi* e *Brasileira de Estudos Políticos*, todos polarizados pela combatividade anisioteixeireana, o substitutivo cavou raízes profundas até que tomou o número 4.024, a Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 20 de dezembro de 1961 e publicada no Diário Oficial de 27 do mesmo mês. Promulgou-a o presidente João Goulart. Impregnada de preceitos confessionais privatistas e elitistas, nela identificou Anísio “retrato das perplexidades e contradições em que nos lança esse próprio desenvolvimento do Brasil. Afinal, é na escola que se trava a última batalha contra as resistências de um país à mudança” (pág. 182).

A ciência contra os dogmas

Mero jogo de palavras ou crítica demagógica? — Absolutamente, que Anísio não era homem nem de uma coisa nem de outra. Isto porque, lúcido e conseqüente, tanto quanto consciente do destino superior da humanidade em geral e do homem brasileiro em particular, ninguém se empenhou tanto quanto Anísio Teixeira em pôr-lhes a serviço da educação que não significasse talismã mas ferramenta, forjadora de valores e situações novas.

Não por acaso, esse brasileiro, exemplar na humildade do caráter e coerência de visão crítica, teria sempre contra si, pela vida afora, “o sectarismo integralista e a cegueira ultramontana”. Felizmente, estas não deram a última palavra. Em ciência, aliás, não deve haver últimas palavras. Estas equívalem a dogmas que se reservam às regiões da fé e do misticismo.

Em ciência — isso também nos ensinou Anísio — o que vale é a tolerância, a livre discussão dos contrários, a heterodoxia dos Galileus. Legítima encarnação desses valores, no árduo terreno da Filosofia Educacional, Anísio Teixeira elevou-se a ponto de fazer jus ao encomiástico juízo do discípulo e colega de geração:

“Na história da República, nenhuma sonda de educador desceu tão fundo e tão certa ao âmago de nosso sistema educacional como a sua. Examinou, pesquisou, detalhou, virou pelo avesso nosso sistema educacional em todos os níveis, debatendo, sugerindo, propondo. Toda sua obra doutrinada e prática, que é encontro permanente com o significado e o alcance da educação brasileira, possui o tom vivo e quente oriundo da intrepidez e da seriedade na procura de soluções, tom não raro provocativo, iluminado pela heterodoxia na busca do saber e da compreensão. Dinamizador de problemas e

dos serviços que dirigiu, jamais permitiu que os primeiros dormissem o sono das gavetas nem que os segundos se acomodassem na pura repetição das tarefas quotidianas. Sempre insatisfeito, máquina de pensar e fazer, fascinado pela descoberta de caminhos, a rotina não o amansava nem permitia que a tranqüilidade burocrática estagnasse a administração. Estrito no cumprimento dos deveres, exigente nas tarefas do serviço, sabia, entretanto, criar em torno de sua liderança um ambiente de franqueza, colaboração e mesmo devoção. Sua inteligência tinha, na verdade, o dom de fascinar" (pág. 184).

INSURREIÇÃO DE SANTO AMARO DAS BROTAS — ANTECEDENTES

Maria Thétis Nunes

Presidente do IHGS

Nos fins do ano de 1836, explodiu em Santo Amaro das Brotas um movimento revoltoso, que logo se estenderia pela Cotingüiba¹, a zona mais rica e povoada da Província de Sergipe, onde se encontrava o maior número de engenhos.

Era o desfecho do processo iniciado com a decadência econômica da Vila de Santo Amaro, ante o desenvolvimento de outros núcleos urbanos localizados na região da Cotingüiba, e que encontrava condições favoráveis na situação convulsionada do país, desencadeada pela abdicação, projetando-se pela época regencial. Foram anos marcados

“pelo abalo de todo o edifício nacional. É quase um decênio de terremotos políticos”.²

“Entre 1832 e 1840 o sangue brasileiro deu testemunho das opressões das minorias dominadoras, fossem ou não liberais e conservadoras. O rigor que encharcou de sangue o solo brasileiro não pertenceu ao Partido Liberal ou Conservador, mas ao poder das oligarquias, especialmente latifundiárias e, mais ainda, ao divórcio entre o poder e a sociedade que sempre existiu e ainda existe, porque é um fenômeno da estrutura sócio-econômica brasileira”.³

A conjuntura nacional permitiu, nas províncias, a explosão das contradições econômicas, sociais e políticas, que se vinham acumulando ao longo do tempo, como sucederia em 1836, em Santo Amaro das Brotas, localidade já marcada por anteriores agitações populares.

É em sua formação histórica que encontramos explicação para os tumultos ali ocorridos.

Santo Amaro das Brotas está localizada em uma das mais antigas regiões a ter importância na vida econômica sergipana, motivada pela expansão dos canaviais. Seu povoamento começou logo após a conquista de Sergipe por Cristóvão de Barros, em 1590, com a doação por ele feita de uma sesmaria a Aires da Rocha, companheiro da vitoriosa expedição. Nos começos do século XVII aí seria construído um engenho de açúcar. A povoação começou a desenvolver-se numa elevação próxima à confluência dos rios Sergipe e Cotigüiba. Em 1698 era elevada à categoria de vila, entre as quatro primeiras criadas na Capitania de Sergipe del Rei.

"E porque me dizem que no porto da Cotinguiba se pode fazer uma vila, você mandará à Casa da Câmara desta Cidade os oficiais dela com as principais pessoas desse povo, para que com toda a ponderação vejam se o dito porto é capaz de formar-se nele a dita vila".⁴

Em 1755 apresentava-se próspera a Vila de Santo Amaro das Brotas localizada distante do mar três léguas, *"com perto de quatrocentos moradores de casas habitadas, com cinco portos do mar ao seu redor, diariamente freqüentada de embarques e desembarques, que vêm a ser Porto das Pedras, Porto dos Cavalos, Porto das Redes, onde ancoram todas as embarcações de cabotagem, em distância quase meia légua, Porto do Furado e Tiririca, distante trezentas braças, além do porto do Engenho de Caieira pouco acima do Titica, com um trapiche de recebimento e exportação de açúcar, e Porto da Conceição que também dista meia légua".⁵*

Nos começos do século XIX, era considerada *"a mais famosa e rica de toda a Capitania, com uma população de 5.500 habitantes, sendo 2.000 brancos, 1.500 pretos e dos demais "pessoas de muitas variedades".⁶* Em sua área territorial cresceram povoações e quando, em 1820, a Carta Régia de D. João VI tornou a Capitania de Sergipe independente da Bahia, eram elas sete: Maruim, Rosário, Japaratuba, Bom Jesus, Divina Pastora, Pé do Banco (atual Siriri) e Capela.

"Até os começos do século XIX representava a antecâmara da Capital. Nela morava a elite da aristocracia sergipana, toda ela composta de Senhores de engenhos de açúcar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maruim, Laranjeiras, Japaratuba e Riachuelo. Nela reuniram-se as mais eminentes figuras da política sergipana e deliberavam o seu programa em face dos administradores, delegados do governo geral".⁷

A decadência de Santo Amaro resultou do progresso das povoações circunvizinhas, que iriam suplantá-la. Fatores geográficos influenciaram no ocorrido, desde quando os novos centros urbanos melhor localizados facilitavam o comércio e as comunicações. Ante as alterações sofridas em sua barra, nos começos do século passado, começou a tornar-se difícil a entrada de navios de alto bordo. A produção açucareira da região passou a ser embarcada nos portos das Redes e Maruim, o que iria repercutir desfavoravelmente na vida santamarense, reconhecendo seus habitantes em 1833 "não se encontrar ela pela muito abundante em comércio".⁸

Já a suplantava a povoação de Laranjeiras, situada na circunscrição da capital (a cidade de São Cristóvão), às margens do rio Cotingüiba, contando em 1806 com 600 fogos e 3.000 habitantes. Em seu porto, distante três léguas da barra do Aracaju, ancoravam, então, *"vinte barcos e cada um destes em tempo de verão ou desde setembro até março, faz quatro viagens para o porto da Bahia"*.⁹

Na área territorial da Vila de Santo Amaro vão crescendo as povoações de Capela, Rosário e, sobretudo, Maruim, que se desenvolvera em torno de um trapiche fundado, em 1816, por José Pinto de Carvalho, um português que ali se radicara.¹⁰ Embora como núcleo urbano não apresentasse expressão, seu porto, em 1829, era visto como *"o maior da Província, pelo vulto da exportação mui superior a de todos os outros portos"*.

Ante tais fatos, o eixo comercial de Sergipe deslocou-se para Laranjeiras e Maruim, acarretando o declínio da importância econômica de Santo Amaro, e, conseqüentemente, seu prestígio político. Começou a difundir-se a idéia de ser transferida a sede da vila para Maruim, defendida por proprietários rurais que com ela obteriam vantagens. Considerando-se que integravam a Câmara Municipal, em sua quase totalidade, os senhores de terra, quando estes, que seriam os beneficiados com a mudança, formavam a maioria dos vereadores, tentavam concretizá-la.

Data de 1825, na presidência de Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque (1825-1826), a primeira tentativa de tornar a transferência uma realidade, quando a Câmara de Santo Amaro, em representação, solicitava a mudança sob a alegação de que o local Maruim era *"mais conveniente e vantajoso"*. O Presidente, pessoalmente, reconheceu as vantagens trazidas por essa pretensão e a ela se mostraria favorável em ofício encaminhando a representação ao Imperador.

Contra a mudança, porém, insurgiu-se parte da população santamarense, especialmente os que viviam na área urbana, lideradas pelo Vigário Colado da Freguesia, Pe. Gonçalo Pereira Coelho, em representação também enviada a Pedro I. Acompanhava o comentário do Presidente de que “em nada o destróem as específicas razões com o que ora requerem e pretendem combater”.¹¹ Os documentos foram encaminhados pelo Imperador à Mesa do Desembargo do Paço para dar parecer sobre a conveniência ou não da mudança. Este órgão porém, nada decidiu.

Em 1828, quando se encontrava na presidência da Província de Sergipe o Brigadeiro Inácio José Vicente da Fonseca (1828-1830), a Câmara de Santo Amaro, sob a influência de José Pinto de Carvalho, um de seus membros, transferiu a sede para a vila de Maruim, desrespeitando as leis vigentes e sem prestar qualquer satisfação às autoridades provinciais, *“ostentando ser um corpo soberano independente e superior ao Presidente da Província”*.¹² Mas, ante a pressão do Presidente e a falta de amparo legal para o ato, a sede da Vila retornou a Santo Amaro. Ocupando, em 1833, interinamente, a presidência da Província, José Pinto de Carvalho, fundamentando-se em disposições do Código do Processo Penal baixadas no ano anterior, desmembrou uma área territorial da Vila de Santo Amaro para criar a Vila de Capela. Ao mesmo tempo, declarava extinta a Vila de Santo Amaro, substituída pela recém-criada Vila de Maruim. Em seu ato, José Pinto de Carvalho tinha o respaldo de diversos senhores de terra, destacando-se, entre eles, Sebastião Gaspar de Almeida Boto.¹³

Contra tais determinações insurgiram-se alguns proprietários rurais, cujos interesses estavam centrados na Vila de Santo Amaro, e os estratos médios da população urbana. Na sede da Vila, como em outras prósperas povoações, existia uma parcela de população livre, que não pode ser identificada como classe média no conceito marxista do termo.

“Embora pobre, destituída em sua maior parte de direitos e privilégios, referida usualmente com expressões depreciativas como a gentilha, canalha, miseráveis, gente que vive da misericórdia de Deus, vivendo nas periferias das vilas e de algumas propriedades”.¹⁴

Embora entre seus componentes não existisse consciência de classe porque “os que estavam colocados abaixo na escala social não tivessem noção de que interesses poderiam separá-los dos que pertenciam às camadas mais elevadas”¹⁵, seria nesses setores da população que os agitadores encontraram elementos disponíveis, como ocorreu nos acontecimentos desenrolados em Santo Amaro no ano de 1836.

Antônio José da Silva Travassos (1804-1872) tornou-se o líder da insatisfação dos que, em Santo Amaro, não se conformavam com a extinção da sua categoria de Vila, substituída por uma povoação onde não existiam

*“as proporções necessárias para aí se fazerem todas as funções concernentes à Municipalidade e Justiças sobreditas; porque o Termo em que se acha plantada a referida povoação, além de ser pequeno, lamoso, pouco sadio, e sem recursos de ser aumentado pelos diferentes braços de rios salgados que o circulam e atravessam, acresce mais, que todo ele seja de uma propriedade daquele, e pouco se pode aumentar o número de noventa a cem casas, de que é composta”.*¹⁶

Identificado com sua terra e sua gente, Antônio José da Silva Travassos destacou-se como rábula brilhante e homem de idéias progressistas, que tentou pôr em prática, como a navegabilidade dos rios Japarutuba e Pomonga, através de um canal. Exerceu diversos cargos públicos e representação no legislativo, foi jornalista ardoroso e combativo, ainda coube-lhe o mérito de ter sido o primeiro sergipano a escrever sobre a história de sua terra.¹⁷

Os santamarenses conseguiram que a Câmara Municipal não publicasse a Resolução do Presidente em exercício, José Pinto Carvalho, determinando a transferência da sede da Vila, enquanto encaminhavam veemente representação contra ela, argüindo de sua ilegalidade, à Assembléia Geral do Império, ao Conselho do Governo e ao Vice-Presidente.

A Assembléia Geral do Império limitou-se a encaminhar a Representação às comissões de Estatística e de Constituição. Estas, só em 1835, dariam parecer quando a matéria já se tornara da competência da Assembléia Provincial, em decorrência do Ato Adicional promulgado no ano anterior. Naquela Assembléia, os representantes sergipanos nada haviam feito para que fosse apreciada a Representação, como bem acentua Felisbello Freire, *“a questão era política e como tal ocultava um escândalo administrativo com a conivência dos deputados e senadores”*.¹⁸

Quando, em 1835, chegou a resposta da Representação, dizendo à Assembléia Geral que a matéria era da competência das assembleias provinciais, a Assembléia da Província de Sergipe já havia confirmado a transferência para a povoação de Maruim, da sede da Vila de Santo Amaro.¹⁹ Usando das prerrogativas conferidas pelo Ato Adicional de 1834, em 19.02.1835 seria uma de suas primeiras leis baixadas após a instalação, em começos de janeiro. Sancionada pelo Presidente, Dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa,

(12.02 a 10.10.1835)²⁰, contra ela protestaram os habitantes de Santo Amaro, sob a liderança de Travassos, enviando representações anárquicas, concebidas em termos injuriosos para com a Representação Provincial, contra a qual era dirigida ostensivamente toda a acrimônia de suas queixas.²¹

Nela exigiam eleições para uma nova assembléia e a revogação das leis baixadas até então. O Presidente protelou a resposta, exacerbando os ânimos dos santamarenses, que, armados, em 25 de julho, marcharam para Maruim, donde trouxeram os cartórios e arquivos, que para lá haviam sido trasladados.

O Presidente Manuel Ribeiro, contando apenas com 50 e poucas praças, convocou a Guarda Nacional dos municípios vizinhos para sufocar os rebeldes, obrigando-os a acatar a lei de 19.02.1835. A maioria dos batalhões, que já se encontravam organizados, não atendeu, porém, à convocação, tendo alguns deles aderido aos rebeldes, parecendo ao Presidente que:

*“um plano de revolução há muito refletido existia, urdido na Província; plano em que não se achavam conscritos só proletários e gente que compõe as últimas classes do povo, porém, também, famílias poderosas e prontas a sacrificarem fortunas e vidas para reivindicarem os abolidos direitos de Santo Amaro. A eles haviam aderido quase todas as vilas, que lutam tolerando que delas agredissem os mais turbulentos, para engrossar o grupo dos resistentes”.*²²

Em vão, o Presidente, através de Proclamação de 23.03.1835, conclamava os sergipanos a manterem a ordem, não compactuando com *“a turbulência e sucesso de Santo Amaro”*. Dirigiu-se ao Juiz de Direito da Vila e ao Chefe de Polícia, recriminando-os por não terem cumprido as ordens do governo, ameaçando de chamá-los à responsabilidade se não as cumprissem. Convidou os párocos a evangelizarem seus paroquianos, aconselhando-os a *“não tomarem parte alguma nas sobre-exageradas e ilegais requisições”* que ocorriam em auxílio da Vila de Santo Amaro. Oficiou ao Comandante interino do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Amaro do Maruim, Gonçalo de Faro Leitão e Almeida, recriminando-o por não ter atendido às ordens para reunir o Batalhão, desculpando-se por intermédio de dois oficiais, e parecendo alheio ao que em torno de si passava. *“Assim, em vez de chamar seu batalhão, se meteu em seu Engenho sem cumprir as determinações dadas”.*²³

Ainda dirigiu-se ao Comandante da Guarda Nacional de Laranjeiras, estranhando que até o momento não respondera ao seu ofício de 26 do corrente, que lhe ordenava *“tivesse pronto seu batalhão*

à primeira determinação deste governo", e lhe recomendava que não deixasse sair alguém para Santo Amaro.²⁴

O presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa percebeu, porém, que os acontecimentos escapavam ao seu controle. Estranho ao meio, desde que fora designado pelas autoridades imperiais para governar a Província, tomou a resolução de convocar, em caráter extraordinário, a Assembléia Provincial ante "*as imperiosas e extraordinárias circunstâncias de Salvação Pública*".

Esta, reunida, considerando os argumentos do Presidente, aprovou a Lei de 11 de agosto de 1835, restituindo a categoria de vila à povoação de Santo Amaro, com a sua antiga denominação, permanecendo nela a Câmara Municipal e o Arquivo, Justiça e seus cartórios, com os processos que lhe competiam na forma em vigor.

Maruim conservaria, porém, a categoria de Vila. Era uma forma conciliatória encontrada pelos políticos para apaziguar os ânimos exaltados, tentando freiar maiores conseqüências.

O desfecho dos acontecimentos dado pela Assembléia Legislativa Provincial legou à população urbana de Santo Amaro consciência de sua força, consolidando o prestígio de seu líder, Antônio José da Silva Travassos.

O desafio dessa população à lei e às ordens do Presidente se enquadram no ambiente das agitações que sacudiam o Brasil após a Abdicação de Pedro I. Inicialmente, estava a Província de Sergipe apenas "infestada de não pequeno número dos inimigos da boa ordem e da causa pública, embora não aparecesse o outro partido que pretende restaurar o governo do ex-imperador."²⁵

Apesar, porém, da aparência tranqüila, não se devia confiar "*desde quando os anarquistas esperam melhor ocasião para por em prática os seus planos destruidores e ruinosos*", relatavam as autoridades locais às autoridades regenciais.²⁶

O anti-lusitanismo que fizera surgir, em oposição ao corcunda (facção identificada com os portugueses), o Partido Liberal desapareceu com a morte de Pedro I, em 1834. O Ato Adicional, transferindo às Provinciais, através da criação das Assembléias Legislativas Provinciais, atribuições administrativas e financeiras, traria maior incentivo à disputa pelo poder, acarretando a cisão da classe dominante, como bem percebeu o Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa:

"Esta Província se acha dividida em dois partidos que mutuamente se odeiam, se integram e tentam hostilizar-se. O fim de ambos é preponderar exclusivamente sobre os negócios públicos, é influir e primar nas eleições, é ocupar com exclusão recíproca os lugares de

importância administrativa e eletivos, para dirigir os destinos dela”.

Com acuidade e realismo, o Presidente retratou os partidos políticos locais apenas como uma divisão da classe dominante:

“Não se compõem proletários, nem gente que forma as últimas classes da população; em ambos se acham conscritos os primeiros proprietários e funcionários públicos. Os deputados Cônego Fernandes, Martins Fontes, e Vice-Presidente Sebastião Gaspar de Almeida Boto, são chefes de um; do outro, vários Deputados Provinciais e proprietários de engenho, dentre os quais alguns de suma popularidade, de opinião de virtuosos e capazes de arrastar após si a multidão. Em razão de suas teses e hierarquias, coisas estas avaliadas ainda mais em uma terra onde as diferenças das fortunas não conservam, como nas grandes cidades, a declinada proporção das classes, pode cada um deles angariar ajudas para engrandecer o partido que fomentam; e deste modo introduziram na Província o mesmo espírito de tirania e parcialidade que os domina”.

E conclui o Presidente em seu ofício ao Ministro do Império, Manuel Alves Branco:

*“No sentido dos dois partidos resultou a eleição dos Deputados Provinciais e no recinto da mesma Assembléia levaram ambos a discórdia, seus ódios e vingança que dominavam o partido que pode manter-se na maioria”.*²⁷

Assim, a transferência da sede da Vila de Santo Amaro das Brotas para a povoação de Maruim resultou da divisão da classe dominante sergipana após a promulgação do Ato Adicional de 1834. Em Santo Amaro vivia parte dos componentes do partido liberal, que não alcançara maioria na Assembléia Provincial, enquanto em Maruim residiam ou tinham interesses chefes do partido que saíra majoritário nas eleições, identificado com o nome de legal. Destes, destacavam-se José Pinto de Carvalho, Sebastião Gaspar de Almeida Boto, Cônego Antônio Fernandes da Silveira e o Capitão-Mor Joaquim Martins Fontes. Do liberal sobressaíam-se Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros²⁸, Dr. Manuel Joaquim de Souza Brito, Coronel Antônio Luís de Araújo Maciel, Antônio José da Silva Travassos.

A insurreição, que nos fins de 1836 vai agitar a Província de Sergipe, conhecida como Revolução de Santo Amaro, significa o desdobramento, em escala ampliada, da cisão da classe dominante local. Das agitações desencadeadas, saem definidos os dois

partidos que monopolizarão a vida política sergipana no Império — Liberal e Conservador — inicialmente conhecidos como camundongo²⁹ e rapina³⁰. Ao primeiro, geralmente, se atrelavam os estratos médios da população urbana.

NOTAS

- ¹ ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX). *Anais do VIII Simpósio Nacional de História. Volume II*. São Paulo, 1976.
"Sem dúvida, era a chamada região da Cotigüiba, o maior depósito açucareiro da Capitania, a mais representativa dentre todas as que se dedicavam ao plantio da cana-de-açúcar. Desenvolvendo uma atividade agrícola que orientava sua produção exclusivamente conforme as solicitações do mercado estrangeiro, seus interesses mercantis eram bem acentuados".
- ² NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 1º volume. Civilização Editora, São Paulo, p. 24.
- ³ RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965, p. 47.
- ⁴ Livro de Cartas do Governo de D. João de Alencastro, de 1686 a 1704, folhas 196/v. Arquivo Público do Estado da Bahia.
- ⁵ FREIRE, Felisbello. *A antiga Vila de Santo Amaro das Brotas*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, fascículos III e IV — vol. II, p. 190.
- ⁶ SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória da Capitania de Sergipe — 1808*. Revista de Aracaju, nº 1, p. 36.
- ⁷ FREIRE, Felisbello. Obra citada, p. 187.
- ⁸ Idem, p. 189.
- ⁹ SOUZA, Marcos Antônio de. Obra citada, p. 20.
- ¹⁰ CARVAHO, José Pinto de. *Apontamentos sobre alguns atos da vida pública do cidadão brasileiro José Pinto de Carvalho*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ano II — 1914, fascículo I, p. 65.
"Resolvido a fixar aqui a minha residência, cuidei de examinar os diferentes portos da comarca e vendo que em todos eram os gêneros de importação e exportação lançados na praia por falta absoluta de casas de arrecadação, fiz edificar um Trapiche no porto de Maruim, exemplo que em breve foi seguido nos demais portos".
- ¹¹ Ofício do Presidente Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, de 23 de novembro de 1825, encaminhando a Representação do Pe. Gonçalo Monteiro. Arquivo Público Nacional, Seção dos Ministérios.
- ¹² Ofício do Presidente Inácio José Vicente da Fonseca, de 15 de setembro de 1829, ao Ministro dos Negócios do Império, José Clemente Pereira. Arquivo Público Nacional, Seção dos Ministérios.

- ¹³ Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1802-1884) está intimamente ligado à vida política do Império. Importante senhor de engenho, sua atuação se iniciou com a passagem de Labatut por Sergipe, de quem recebeu elogios pela participação nas lutas de independência do Brasil em Sergipe. Desempenhou cargos eletivos em sucessivos mandatos na Assembléia Legislativa Provincial e na Câmara dos Deputados. Foi Vice-Presidente e Presidente da Província de Sergipe. Acusado de envolvimento no assassinato do Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros na capital baiana, em 1840, após rumoroso processo, foi absolvido.
- ¹⁴ MOTT, L. R. B. *Branços, pardos, pretos e índios em Sergipe*. Separata dos Anais de História — Ano 6, 1974. Faculdade de Filosofia, Ciências e Artes, p. 173.
- ¹⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo na vida política brasileira*. Editora Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, p. 18.
- ¹⁶ FREIRE, Felisbelo. Obra citada, p. 207.
- ¹⁷ Antônio José da Silva Travassos (1804-1872), além da iniciativa de obras importantes para o desenvolvimento sergipano, como a navegabilidade dos rios sergipanos, de ter sido o fundador e redator dos jornais “*A Voz da Razão*” e “*O Conciliador*”, escreveu *Apostamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe*, oferecido ao imperador Pedro II, quando de sua visita a Sergipe em 1860, em manuscrito. Este seria publicado em 1875, quando o autor já havia falecido. No Instituto Histórico e Geográfico do Brasil existem dois manuscritos, que são essa obra mais ampliada e que se intitulam Memorial Histórico da Política de Sergipe, oferecida ao Sr. Conselheiro Joaquim Marcelino de Brito, e Memorial Histórico da Política da Província de Sergipe, desde a época da independência, escrito com toda a imparcialidade, oferecido ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente, Dr. José da Silva Moraes, por um sergipano.
- ¹⁸ FREIRE, Felisbelo. Obra citada, p. 216.
- ¹⁹ “Assim a Assembléia Provincial, teatro das disputas e ódios das duas facções, como foi a execução da Lei de 19 de fevereiro do corrente ano, que, abolindo a Vila de Santo Amaro das Brotas, distrito habitado por grande parte dos influentes do partido que não tinha alcançado na Câmara a maioria, mandava trasladar para o povoado de Maruim, foco dos chefes do outro, a categoria, Municipalidade e Justiça da antiga Vila”. Ofício do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa ao Exmo., Sr. Manuel Alves Branco, em 20 de julho de 1835. Arquivo Nacional — Seção dos Ministérios.
- ²⁰ Carta de Lei de 19 de fevereiro de 1835: “Art. 7º. Fica aprovada a Vila de Santo Amaro de Maruim, com a extinção da de Santo Amaro das Brotas, conforme a resolução do Presidente do Conselho, em execução

do Código do Processo Criminal, ser termo conserva o território que atualmente tem, à exceção do que lhe é desanexado para o termo da nova Vila de Capela, compreendendo mais o território que se lhe anexa do termo da Vila Nova do Santo Antônio do Rio São Francisco.”

- ²¹ Ofício do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa ao Ilmo. Exmo. Sr. Manuel Alves Branco, em 15.08.1835. Arquivo Nacional — Seção dos Ministérios.
- ²² Fala do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa na abertura da Assembléia Provincial, em 6 de agosto de 1835. Noticiador Sergipense, nº 40, de 07.08.1835.
- ²³ Proclamação do Presidente Manuel da Silva Ribeiro. Noticiador Sergipense nº 38, de 31.07.1835.
- ²⁴ Idem.
- ²⁵ Ofício do Presidente Joaquim Marcelino de Brito ao Ilmo. Exmo. Sr. Diogo Antonio Feijó, em 11.04.1832. Arquivo Nacional — Seção dos Ministérios.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ Ofício do Presidente Manuel Ribeiro da Silva Lisboa ao Exmo. Sr. Manuel Alves Branco, em 20.07.1835. Arquivo Nacional — Seção dos Ministérios.
- ²⁸ Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros, alagoano, foi um dos mais ilustres governantes que teve Sergipe, embora por pouco tempo tenha exercido o governo da Província como Vice-Presidente em exercício (06.12.1835 a 03.05.1836). Radicado em Sergipe, era Doutor em Ciências pela Universidade de Paris e em Medicina pela de Strasburgo; fora discípulo de Gay-Lussac, sendo autor de trabalhos científicos divulgados na Europa. Após a Revolução de Santo Amaro, em que se envolvera ao lado dos liberais ou camundongos, ante as perseguições desencadeadas, refugiou-se em Penedo, sua terra natal. Com a Maioridade e a ascensão dos liberais ao poder, viajou para a Corte, segundo um de seus biógrafos, a chamado dos irmãos Andradas (Antonio Carlos e Martim Francisco), com quem se relacionava desde sua permanência na Europa. Mas, na passagem por Salvador, foi assassinado, sendo o crime atribuído ao seu rival político em Sergipe, o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto.
- ²⁹ Camundongo advinha do apelido do Dr. Manuel Joaquim de Souza Brito, quando estudante em Coimbra.
- ³⁰ Rapina era alusão aos saques que os *legais* haviam feito na Vila de Santo Amaro, quando aí entraram vitoriosos, em fim de 1836.

NOTÍCIAS DE GREVES EM SERGIPE 1915–1930

Ibarê Dantas
Professor da UFS

O escritor Amando Fontes, em seu romance *Os Corumbas*, ao narrar os infortúnios de uma família do interior, que se estabelece em Aracaju, trata de uma greve que teria ocorrido entre os trabalhadores fabris nos anos vinte deste século, motivada pelo estabelecimento do trabalho noturno sem o correspondente aumento do salário dos operários. Com os privilégios de quem cultiva a ficção na literatura, o autor descreveu, no capítulo 13, um movimento grevista como parte de uma trama política. Incomodado com a oposição política, da qual participavam os proprietários das duas fábricas de tecidos de Aracaju, o presidente do Estado autorizou o delegado a assegurar aos operários que a polícia não interviria em caso de paralização. Deflagrada a greve, houve agressões a pauladas aos que não aderiam e a ordem foi considerada ameaçada. Diante de manifesto da Associação dos Industriais, acompanhado pelo Comércio e pelas Profissões Liberais, o governo recuou, mandando prender os cabeças do movimento e deportá-los. E assim nove operários teriam sido levados nos porões do navio Itajubá a destino ignorado (1).

Em fins da década de sessenta, ao pesquisarmos sobre o movimento operário estadual, observamos que a versão de certos fatos históricos que persistia no imaginário de alguns intelectuais, guardava muita semelhança com a narrativa empreendida pelo famoso romancista. Com a criação da Universidade e a crescente divulgação de *Os Corumbas*, inclusive como romance indicado nos cursos pré-vestibulares, é possível que essa imagem ainda mais tenha-se firmado.

O fato é que a repercussão do romance tem sido ampla, tanto a nível nacional como em Sergipe, merecendo comentários elogiosos da crítica especializada e permanecendo como um marco cultural, especialmente para o Estado (2).

Em 1962, Manoel Cabral Machado, em artigo, estimulante e, de certo modo, pioneiro, intitulado "Aspectos dos Movimentos Operários em Sergipe", depois de afirmar que a primeira greve teria ocorrido em 1922, entre os tecelões da "Sergipe Industrial", quando reivindicavam melhorias de salários e a jornada de oito horas, chamou atenção para a existência de lutas internas entre os trabalhadores (3). Segundo o citado autor, "as paixões dominam os ânimos. Alguns querem furar a greve. Há cacetes, lutas. Alguns exaltados propõem destruir a fábrica (4).

Diante desses precedentes, procuramos investigar nos jornais da época, não apenas a correspondência entre essas versões e os registros da imprensa, que tratam dos movimentos grevistas, mas sobretudo como foi-se explicitando o conflito **capital x trabalho**, bem como o processo de organização das classes subalternas em Aracaju, nos últimos quinze anos da Primeira República.

Recorde-se que o censo de 1920 registrou em Sergipe 237 unidades industriais, das quais 7 fábricas têxteis e um contingente de 5.380 operários⁵. Aracaju, com 37.440 habitantes, já se impunha como o centro urbano mais populoso e dotado de mais indústrias, inclusive duas fábricas de tecidos, uma das quais provinha do século passado, quando começaram a surgir os primeiros jornais dirigidos aos trabalhadores. Inicialmente, há a notícia, em 1891, de "**O Operário**", mas sem grande expressão. Posteriormente, com o mesmo título vão surgindo outros órgãos em momentos diversos (1896, 1910/11, 1915/16), trazendo mensagens mais específicas para os operários, informando inclusive sobre as primeiras associações de classe⁶. Acontecimento de grande significação foi a criação, em 1911, do "Centro Operário Sergipano", que aos poucos foi se desprendendo do paternalismo patronal e assumindo um papel cada vez mais significativo na organização das classes subalternas urbanas. O Centro fundou, em 1920, o jornal "**Voz do Operário**", que viveria momentos de expansão e de crise⁷.

São órgãos como esses que, divulgando as questões referentes ao trabalho, desempenham papel mercante no embrionário movimento operário local, inclusive em seus primeiros ensaios grevistas. É difícil afirmar com segurança quando, exatamente, começaram as primeiras iniciativas grevistas, embora seja bem provável que tenham aparecido bem depois de ocorrências similares nos Estados do Sudeste, especialmente no Rio de Janeiro, onde há informações de greves desde meados do século passado⁸.

Observamos, por outro lado, que, em 1915, alguns órgãos, entre os quais o "**Jornal do Povo**" e o "**Diário da Manhã**" noticiam sobre greves ocorridas sobretudo no Estado da Bahia, relacionadas com a Leste Brasileira, então denominada "**Compagnie des Chemins de Fer Fédéraux de L'Est Brésilien**". Sendo uma empresa de transporte que ligava Bahia a Sergipe, a imprensa dava muita cobertura às suas atividades. Os jornais, além de dedicarem bastante espaço a reclamações sobre a má conservação da estrada, por vezes até boatos de greve, como a que teria ocorrido na Estação de Calçada do Bonfim, em Salvador, era motivo de notícia. Em janeiro de 1915, algumas folhas publicaram matérias sobre ameaça de uma greve geral dos empregados da citada companhia, lotados na Bahia, quando a empresa teria dispensado "funcionários de 27 a 32 anos, para admitir novatos e talvez imperitos". Ao lado disso, teria cortado vencimentos e reduzido ordenados. Conseqüentemente, os trabalhadores entraram em greve, recorreram a advogados, enquanto várias autoridades daquele Estado se envolveram na questão, tudo indica que concorrendo para resolver o impasse.⁹

Observa-se, então, que o termo "greve" já é encontrado nos jornais, inclusive tratando-se de questões locais, como foi o caso do "protesto solene" dos empregados da Usina Elétrica contra seu diretor, acusado de falta de competência e de lhanza no trato e urbanidade para com seus subordinados, resultando no afastamento daquela autoridade.¹⁰

No ano seguinte, novos acontecimentos indicavam uma certa explicitação de conflito entre **capital x trabalho**.

Segundo o jornal "**O Operário**", os trabalhadores da estiva de Aracaju, estimulados por um delegado da União dos Estivadores do Rio de Janeiro, criaram em Aracaju, em fevereiro de 1916, a União dos Operários Estivadores¹¹. Logo depois noticiou-se que o industrial Tomaz Cruz Filho havia denunciado que membros da Sociedade dos Estivadores pretendiam perturbar a descarga do paquete Itapacy. Em conseqüência da denúncia, um pelotão da força pública foi destacado para garantir a descarga, enquanto o delegado da União Operária dos Estivadores do Rio de Janeiro era preso com outros membros da associação¹². No número seguinte o jornal voltou a tratar do assunto, dessa vez para denunciar Sabino Ribeiro, proprietário da "Fábrica Confiança" que, segundo o citado órgão, ao perguntar se determinado operário era sócio da União dos Operários Estivadores e recebido a resposta afirmativa, teria dito: "*Então retire-se do meu trabalho. Você não me serve mais*"¹³.

Diante desses fatos, o "**Diário da Manhã**", um dos principais órgãos da imprensa local, manifestou-se ao lado dos patrões.

Inicialmente, num artigo de fundo intitulado, "O Caso dos Estivadores — Pela Ordem", depois de assinalar que a União dos Estivadores, fundada há oito dias, já transitava pelos corredores e saguões da Delegacia Central de Polícia, condenava a ação daquela entidade e acusava a sua presidência de haver "*deliberado coagir todos aqueles estivadores que não queriam fazer parte da União*" e por fim concluía: "as estivas têm passado muito bem, até hoje, sem os auxílios e os **bons ofícios da União**" (grifo da fonte)¹⁴. Doze dias depois, o mesmo "*Diário da Manhã*" publicou entrevista com o industrial Sabino Ribeiro na qual procura esclarecer os fatos de que fora acusado, dizendo:

*"A bordo do Rio Pardo conversei apenas com o comandante, dando ordens no Senado de somente serem admitidos no serviço da estiva de bordo os homens matriculados pelo trapiche 'Aurora', uma vez que no dia anterior o 'centro de resistência' pretendeu embaraçar o serviço de 'Itaipava', como consta da Imprensa local. Estava, pois, no meu direito, ou antes era meu dever, naquela emergência, só trabalhar naquele serviços com meus estivadores, que são os matriculados pelo trapiche Aurora. (...) Não admito absolutamente ao meu serviço quem me não mereça confiança. Não há quem me force a ter empregado que eu os não queira".*¹⁵

Nessa mesma oportunidade, Sabino Ribeiro não deixou de condenar o jornal "**O Operário**", acusando-o de vir "*fazendo uma campanha de ódios entre os operários e os patrões*".¹⁶

Embora ocorrências semelhantes a essa apareçam como casos isolados, o significativo nesse momento é que o movimento dos estivadores, marcado por prisões e demissões, apesar do fracasso, indica a explicitação do conflito entre capital e trabalho, como que saindo da esfera privada para tornar-se um acontecimento público. Não tanto pela interferência da polícia que continuou atuando do mesmo lado, mas sobretudo pela divulgação do jornal, "**O Operário**", que projetou o acontecimento entre seus leitores, levando a desdobramentos constrangedores para o patronato.

Experiência mais bem sucedida iria ocorrer em 1921, em torno da reivindicação da redução das horas de trabalho. A diminuição da jornada de trabalho vinha sendo motivo de greve há muito tempo em alguns Estados, especialmente do Sudeste. Os caixeiros do Rio de Janeiro pararam em 1891 e a primeira greve geral de São Paulo, em 1907, fora motivada por essa reivindicação¹⁷. A partir daí determinados setores de outros Estados passaram a adotar a jornada

de 8 horas de trabalho, tendo inclusive o reconhecimento de entidades patronais de âmbito nacional.¹⁸

Em Aracaju, segundo o jornal "*Voz do Operário*", desde 1919 o Intendente havia estabelecido o regime de oito horas de trabalho para o pessoal diarista encarregado de serviços municipais.¹⁹ Em agosto de 1921 os empreiteiros de obras, aproveitando-se das aperturas do momento, em vista da falta de trabalho, bem como da inconsciência de grande número de nossos obreiros, vinham lhes impingindo a volta do antigo horário.²⁰

Esse fato foi tratado na reunião de 15.07.21, no Centro Operário, ficando resolvido protestar-se pela imprensa contra os empreiteiros. Marcada outra reunião para cinco dias depois, combinaram enviar uma comissão do Centro a entender-se com os senhores empreiteiros. Enquanto isso, os operários foram se motivando, as reuniões se sucedendo, contagiando os presentes que foram crescendo em número, e assim o movimento foi aumentando de proporções, atingindo outras áreas. Reuniram-se nos dias 20, 22 e 23 e tiraram uma comissão que fora incumbida de entender-se com o Presidente do Estado, o coronel José Joaquim Pereira Lobo e, segundo declarações de seus membros, saiu satisfeitiíssima, pois o chefe do executivo de Sergipe declarara que "por sua parte nenhuma pressão fazia ao operariado, nem prestava sua Polícia para violentá-los, uma vez que se conduzissem dentro da ordem".²¹

A promessa de não serem reprimidos, mesmo na condição de manter a ordem, concorreu para ampliar o movimento. Embora a fábrica de tecidos "Sergipe Industrial" diminuísse sua jornada diária de 11 para 8 horas, sua congênere, a "Fábrica Confiança" amarrou-se em 9h30m.²² Em face dessa intransigência, o mês de agosto de 1921 transcorreu agitado em meio a reuniões sucessivas e acaloradas, sobretudo no Centro Operário, onde as questões eram debatidas nas assembléias e de onde saíam as principais decisões. Numa dessas assembléias foi nomeada

"uma comissão de três membros para ir-se entender com o senhor Sabino Ribeiro, chefe da firma Ribeiro Chaves, proprietária da Fábrica Confiança, no sentido de ser reduzido o horário dos pedreiros e carpinteiros, empregados nos serviços de construção da mesma fábrica".²³

Mas a comissão não obteve êxito. O industrial Sabino Ribeiro teria respondido que não admitia "dois horários na sua casa".²⁴ Diante desse resultado, o Centro Operário convocou uma assembléia extraordinária na qual "154 associados responderam à chamada". Em seguida a alguns trabalhos, a assembléia continuou em sessão

permanente, indo outra comissão novamente tentar um entendimento com Sabino Ribeiro que, obstinado em sua posição, levou o presidente do Centro Operário a convidar

*“a classe dos pedreiros e carpinteiros, sócios ou não, a se reunirem na sede social na noite do dia 5 de setembro, o que efetivamente se realizou. Nesta ocasião ficou resolvido convidar-se os operários empregados nas construções do Senhor Sabino a abandonarem os serviços, bem como ninguém mais aceitar chamados a não ser que o dito senhor resolvesse reduzir as horas de trabalho. Neste sentido foi distribuído boletim largamente em toda cidade e remetido outro tanto para o interior do Estado, passando também telegramas para diversos lugares”.*²⁵

A adesão, no entanto, não foi total, conforme se depreende da nota do jornal:

*“Os nossos camaradas José Felix dos Reis com toda sua turma abandonou o serviço de carpinteiro do Senhor Sabino, em solidariedade com a classe, o que não fizeram todos os pedreiros, não obstante o apelo em boletins e mesmo verbalmente a eles dirigidos, provocando assim uma atitude de reação entre outros irmãos”.*²⁶

Que tipo de reação teria sido essa? Talvez as lutas internas aludidas por Cabral Machado. Mas que não chegam a ser explicitadas nas fontes consultadas. Se bem que na maioria dos jornais que circulava naquele momento, tais como **“Jornal do Povo”**, **“A Cruzada”** e **“A Luta”**, não tenhamos encontrado nenhuma referência ao movimento grevista; em compensação, o **“Correio de Aracaju”** e o **“Sergipe Jornal”**, proporcionaram cobertura relativamente ampla.²⁷ Embora durante os primeiros dias da greve o **“Correio de Aracaju”** noticiasse que o Coronel Sabino Ribeiro estivera em Palácio onde fora pedir garantias ao Presidente do Estado, “alegando achar-se ameaçado de funcionar a fábrica”, em nenhum momento fala de incidentes mais graves, assim como não se encontram indícios de tais incidentes nos diversos registros do **“Sergipe Jornal”**.²⁸ No domingo seguinte, (11 de setembro), ocorreu uma assembléia, talvez sem precedentes no Centro Operário Sergipano. Noticiou-se que a concorrência foi de tal modo que o prédio quase não comportou, calculando-se cerca de 600 pessoas” (sic).²⁹ O intelectual Clodomir Silva, advogado do Centro Operário, naquele momento, usando da palavra explicou o andamento da questão, inclusive os entendimentos do Intendente da capital com o proprietário da “Fábrica Confiança”, mas este persistia recalcitrante. O presidente do Centro concitou a

todos os operários a que se mantivessem calmos, porém enérgicos, não aceitando chamados para trabalho daquele setor”.³⁰

E assim o impasse permaneceu por cerca de um mês. No dia 10.09.1921 o Presidente do Estado foi à “Fábrica Confiança” onde teria “demorado longo tempo no exame das obras que deram lugar ao desentendimento, bem como ouvindo pessoalmente diversos operários”.³¹ Dois dias depois era publicada no “**Sergipe Jornal**” longa carta de Sabino Ribeiro, datada de 09.09.1921, dirigida a Pereira Lobo, onde sua interpretação era apresentada sobre o caso. Na missiva, historiou os fatos, demonstrando seu mal estar com o movimento, declarou-se amigo e irmão do operário, criticou o comunismo russo, teceu apologia do trabalho e por fim propôs ao governo do Estado a convocação de

“um largo congresso de todos os ramos da atividade operária com os seus respectivos patronatos, a fim de se discutirem numa larga opinião dos congressistas, com a maior expansão o problema das horas de trabalho (...)”.³²

Acatando a sugestão do proprietário da “Fábrica Confiança”, Pereira Lobo convocou os proprietários de indústrias têxteis da capital e do interior para um encontro que foi qualificado pomposamente de “Congresso de Industriais Sergipanos”. Realizado no dia 6 de outubro no salão nobre do Palácio, sob a Presidência do Coronel Pereira Lobo, participaram do evento o Governador da Cidade (sic), um desembargador, o Presidente da Assembléia Legislativa e dois outros deputados, advogados e os proprietários de sete fábricas de tecidos. A única ausência foi do dono da Têxtil, situada em Vila Nova, que justificou o não comparecimento.³³ Na ocasião foi entregue solenemente ao Presidente do Estado memorial onde se procura demonstrar a inconveniência da proposta de redução da jornada de trabalho. Citando o caso da Alemanha, que estaria curando suas feridas da guerra com a restauração do trabalho fabril de 10 horas, insinuava que no Brasil se queria seguir o Jeca Tatu, “que vive de não trabalhar”. Qualificando a luta em Sergipe de “quase apenas verbal e isto mesmo circunscrita a Aracaju”, acrescenta que todas as fábricas estão trabalhando tranqüilamente, sem a menor reclamação dos operários” (...). Ao final, antes de apresentar demonstrativo dos prejuízos com a diminuição da produção de cada fábrica, desenha um quadro sinistro:

“Seriam vultuosíssimos recursos econômicos desaparecendo da circulação monetária, e milhares de pessoas a perderem o pão diário, e indo a procurar fora do pequenino Estado os meios de subsistência que aqui

*lhes escapara. A redução das horas de trabalho forçaria a redução do operariado, da produção, da renda pública e privada, do plantio do algodão e do combustível, além de outras relações econômicas que, no momento não lhes acode".*³⁴

Uma semana depois de haver recebido os industriais, o Presidente do Estado recebeu também uma comissão do Centro Operário e ao final ficou estabelecido "8 horas para os pedreiros e carpinteiros e classes congêneres, 8 horas para os trabalhos fabris da capital e adoção da semana inglesa para as fábricas de tecidos do interior do Estado".³⁵

O Centro Operário considerou o resultado uma vitória e os trabalhadores comemoraram a decisão com uma passeata "pacífica e ordeira" pelos bairros industriais da capital, com discursos e "bebidas em regozijo pela resolução da pendência".³⁶ Se bem que o resultado não correspondesse integralmente ao desejo dos operários, nem por isso deixou de significar uma vitória dos trabalhadores urbanos, aglutinados em torno do Centro Operário, que saía bastante valorizado pelos seus filiados e detestado pelo patronato.

Num momento em que a legislação social começava a nascer com o reconhecimento, em lei, de algumas conquistas operárias nos principais centros industriais do país, em Sergipe, onde o poder de barganha dos trabalhadores era particularmente reduzido, a ação aglutinadora do Centro Operário e a intermediação do governante do Estado, conseguiram, em certa medida, debelar as resistências dos proprietários. Mas a resolução do impasse deixou ressentimentos. A força demonstrada pelo Centro Operário alterara o antigo relacionamento entre patrões e empregados, onde os problemas entre as partes eram dirimidos pelo domínio pessoal. Se antes já houvera explicitação de conflitos públicos, agora além de tudo, a sua resolução extrapolava a vontade do patronato. Se, na ótica dos proprietários, o mandato do governante que intermediou a questão era temporário, o Centro Operário tenderia a prosseguir. Em face desse quadro, importava ao patronato no mínimo enfraquecê-lo e, se possível, esvaziá-lo. Mas para fazê-lo era preciso um pretexto. E este não tardou muito.

Pelo ano de 1920, e sobretudo em 1921, encontram-se em "**Voz do Operário**" vários registros de queixas de trabalhadores contra gerentes e contramestres, mas todos aparentemente sem grandes conseqüências. Em março de 1922, porém, o citado jornal noticiou que um grupo de operários da "Sergipe Industrial" estivera na sede do Centro Operário queixando-se de um contramestre de nome

Odilon Torres, que teria maltratado com grosserias uma operária. A diretora do Centro convidou o contramestre denunciado a ir dar explicações do fato, mas como ele não compareceu à audiência marcada, "**Voz do Operário**" considerou provado "o que disseram de sua pessoa" e concluía o julgamento lembrando:

"companheiros, os nossos estatutos dizem assim: todos por um e um por todos. Compete a todo sócio do Centro Operário defender as dignas companheiras que precisam trabalhar nessas fábricas, às ordens dos Odilons. E são estes que fazendo parte do Centro se julgam isentos de censura".³⁷

Dias depois dessa nota o referido contramestre foi agredido a pauladas. Estava criado o pretexto que o patronato necessitava para reagir contra o Centro. Em longa nota explicativa assinada pelo diretor da associação, Antonio Siqueira Alves, informava:

"os operários que exercem os lugares de contramestres em comum acordo com os patrões proprietários das fábricas de tecidos Industrial e Confiança resolveram pôr fora destas duas casas os operários associados do Centro, salvo aqueles que se sujeitassem a levar o diploma para ser rasgado a vista deles"³⁸.

A seguir, várias denúncias publicadas nas páginas de "**Voz do Operário**" falaram mais de uma vez em homens armados nas fábricas, alguns dos quais vindos até do interior; de intimidações recebidas por Antonio Siqueira Alves, inclusive bilhetes ameaçando-o de morte; da presença de elementos contratados pelas fábricas para escutar conversas de operários em esquinas e outros lugares, em ação de espionagem; de despedir o operário ou operária que tivessem parentes, amigo, namorado ou noivo que pertencessem ao Centro e não preenchessem às minutas fornecidas pelas fábricas declarando-se desligados; de impedir operários de efetuarem compras em postos de vendas de elementos ligados ao Centro, e assim sucessivamente.³⁹ Em suma, estigmatizada como associação maldita, a ordem era esvaziar a entidade, pressionando os empregados a evitar qualquer contato com seus associados. O Centro, por sua vez, embora denunciasse esse estado de coisas, sem grandes meios, partiu para a defensiva, tentando minorar a situação. Orientava os operários como proceder diante de novos fatos, em geral recomendando calma. O primeiro secretário tomou a iniciativa de escrever uma carta ao Dr. Tales Ferraz, diretor da "Sergipe Industrial", implorando misericórdia para os operários. Contudo, tal atitude provocou revolta dos associados que em reunião o criticaram veementemente, levando-o à renúncia que, aliás, foi

aceita pela assembléia por unanimidade.⁴⁰ Cinco dias antes, não obstante voto de solidariedade dos sócios, já havia renunciado o combativo presidente Antonio Siqueira Alves, visando com isso aplacar os ânimos dos patrões voltados sobretudo contra sua pessoa, a quem consideravam o principal responsável pelos acontecimentos.⁴¹ Em maio do mesmo ano de 1922 um longo artigo de primeira página, intitulado “A Verdade dos Casos”, tentou apresentar a versão de que *“não foi gente do Centro quem quis agredir o Contramestre, Odilon Torres, mas um parente de outra operária a quem maltratou há poucos dias e por causa de quem está desterrado”*⁴². Contudo, pouco deve ter contribuído para reverter a situação, especialmente do Centro, atingido frontalmente com a ocorrência.

Em sua mensagem de setembro de 1922 o Presidente do Estado faz referência ao fato.

“Nenhum acontecimento digno de nota se registrou, senão a questão ocorrida entre certos elementos que faziam parte do Centro Operário e os operários dos estabelecimentos têxteis desta capital.

Acusados alguns elementos influentes daquele Centro de estarem promovendo o afastamento do trabalho na ‘Fábrica Confiança’ e depois o pânico na fábrica ‘Sergipe Industrial’, por meio de ameaças e agressões misteriosamente perpetradas contra empregados e operários daqueles dois estabelecimentos, foram a tempo tomadas pelo Governo as providências necessárias, donde, com as garantias prestadas aos ofendidos e uma ativa investigação dos fatos, se chegou a descobrir claramente os autores e comparsas envolvidos em tão lastimáveis atentados, sendo eles regularmente processados. Complementadas essas medidas por outras que o Governo julgou conveniente adotar, cessaram completamente, com probabilidades de se não se reproduzirem, os atentados que se vinham cometendo e o conseqüente receio das agremiações operárias contra quem eles se dirigiam”.⁴³

Apesar do governante sergipano haver intermediado a contenda entre os operários e o patronato, observa-se na Mensagem:

1. a greve e agressão são tratadas com a mesma gravidade e com a exigência de soluções semelhantes;
2. a tendência de associar os responsáveis pelo movimento em prol da redução da jornada de trabalho com os agressores;

3. o cuidado em se apresentar como defensor das agremiações operárias.

O fato é que a agressão ao contramestre afetou irremediavelmente o desenvolvimento do movimento operário enquanto durou a Primeira República. O Centro Operário esvaziou-se consideravelmente. O jornal "**Voz do Operário**" perdeu leitores, entrou em crise e interrompeu sua circulação por mais de seis meses. Em maio de 1923 voltava a circular com formato menor, mas não conseguiria completar dois anos de vida. Voltava a silenciar para somente reaparecer em 1927, justificando o retraimento por mais de dois anos, pela carência de meios e de ajuda dos camaradas. Recorde-se que em 1924 ocorreu a primeira revolta tenentista no Estado, mas o movimento operário em baixa, tudo indica que não se envolveu, pelo menos em seu conjunto. A partir de 1927 o discurso de "**Voz do Operário**" se radicaliza com a reprodução de matérias de jornais do Sudeste, de tendência socialista, mas não parece aproximar-se da massa. A essa altura o combativo Antonio Siqueira Alves já havia retornado à direção do Centro Operário, mas a situação financeira continuava difícil, bem diferente, aliás, do início da década. Em 1928, desprovido de recursos, seu presidente propunha a suspensão por seis meses de todas as beneficências que assistiam a seus sócios, com exceção apenas do auxílio funerário.⁴⁴

Estando o Centro estigmatizado e desgastado, levantamos a hipótese de que algumas categorias estiveram a tentar paralelamente ampliar suas reivindicações, mas sem a coordenação do Centro Operário. Assim, certamente, nascem a União dos Padeiros e a União Defensora dos Operários Ferroviários, esta integrada à mobilização de trabalhadores da Bahia. Foi essa integração que proporcionou aos ferroviários uma força que certamente nenhuma outra categoria dispunha. Sendo empregados articulados interestadualmente, os ferroviários conseguiram conquistar direitos que a grande maioria dos trabalhadores somente viria a obter depois de 1930.

Em face desses precedentes, compreende-se a greve dos ferroviários em Aracaju em maio de 1927, que perdurou por cerca de 19 dias. Iniciada em Salvador, os ferroviários de Sergipe, sob a liderança de Tomaz Mutti, tentaram também atribuir especificidades locais como a que propunha a mudança do chefe das oficinas. Mas a maioria das reivindicações referia-se a obediência a acordos precedentes, como o cumprimento por parte da empresa da lei da Caixa de Aposentadoria e da lei de Acidente de Trabalho. Sendo conquistas recentes, tudo indica que continuavam a carecer de aplicação prática. Ao lado disso, os ferroviários pleiteavam aumento dos vencimentos em 30%, entre outras reivindicações.⁴⁵

Assistidos pelo prestigioso advogado Nyceu Dantas, os grevistas contaram com a solidariedade dos colegas da Bahia e dos jornais locais, "**Sergipe Jornal**" e "**Jornal de Sergipe**", que não simpatizavam com o governo do Estado. A diretoria do Centro Operário, assim que soube da greve hipotecou-lhe solidariedade, mas as negociações ocorreram fora de sua esfera. As assembleias aconteceram nos salões do prédio da Companhia de Estrada de Ferro. Como a greve se prolongava afetando o comércio e a indústria, representantes desses setores manifestaram apreensões ao Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas, que interferiu na questão, autorizando prisões de lideranças como Tomaz Mutti e Basílio da Rocha.⁴⁶

Segundo ainda Cabral Machado,

"a agitação cresceu em proporções extraordinárias. A polícia interveio violentamente, cercando as oficinas da Leste. Poderia ter havido grave consequência – uma vez que a polícia e os operários estavam armados e aguardavam a luta, não fosse a intervenção de Orlando Dantas, filho do presidente".⁴⁷

Parece-nos então verossímil que as diversas categorias, semidistanciadas do seu órgão central, com exceção dos ferroviários pelas suas peculiaridades próprias, geralmente pouco avançaram no seu processo organizativo após a greve de 1921. Somente com a Revolução de 1930 esse quadro seria modificado significativamente. O Centro voltou a vivenciar seus tempos áureos e os movimentos grevistas aumentaram. Mas essa é outra história que aliás já tratamos em outro estudo.⁴⁸

Em resumo, ao longo da Primeira República já encontramos algumas notícias de movimentos grevistas. Primeiramente vimos, a partir de 1915, algumas iniciativas reivindicatórias, acompanhadas de ameaças de paralisação. Uma de 1915, parece ter logrado êxito, enquanto uma segunda, de 1916, não passou de uma tentativa fracassada de boicotar descarga de navio pelos trabalhadores da estiva, sob o estímulo de um representante de uma associação do Rio de Janeiro e terminou em prisão e demissões de lideranças dos trabalhadores. Movimentos grevistas propriamente ditos fomos encontrar em 1921, na "Fábrica Confiança", pela redução de horas de trabalho, e que perdurou cerca de um mês. Mas, tudo indica que essa greve, em certo sentido, processou-se de forma pacífica. As alusões de Cabral Machado sobre "lutas, cacetes e tentativas de destruição da fábrica", à primeira vista podem sugerir a qualificação de movimento violento. Contudo, a não interferência da polícia, como chega a admitir o citado autor, bem como a não exploração, quer por

parte da imprensa, quer por parte do patronato nos documentos divulgados, em torno da questão da violência, reforçam a versão do próprio Cabral Machado de que as dissensões teriam sido internas, não chegando a resultar em ações de maiores conseqüências.

De qualquer forma, o sucesso relativo dessa greve de 1921, provavelmente deve ter significado o ápice da ação organizatória do movimento operário na Primeira República, na qual tiveram papel significativo o Centro Operário, o jornal "*Voz do Operário*", o apoio de alguns intelectuais e a intermediação do governo do Estado. Mas a agressão de 1922 logo revelou a força e o poder de que dispunham o patronato no sentido de desorganizar e enfraquecer os movimentos dos trabalhadores urbanos de Aracaju. Outra greve ocorreu em 1927, entre os ferroviários, paralisando os trens por cerca de 19 dias e indicou a vantagem de uma categoria articulada interestadualmente, postulando assegurar direitos que as demais ainda não haviam incluído em sua pauta de reivindicações. Contudo, o movimento terminava com a prisão de lideranças.

Quanto à versão da narrativa do romancista Amando Fontes sobre a greve de 1921, não corresponde, em vários aspectos, aos registros da imprensa. Fato obviamente natural, uma vez que a criação artística, mesmo quando parte de eventos localizados, tende a preocupar-se menos em descobrir a veracidade dos acontecimentos do que em construir sua representação em torno de traços considerados significativos. Se tomarmos como principal fonte de referência a cobertura que os jornais empreenderam dos acontecimentos, há fortes indícios para afirmar-se que Amando Fontes tenha composto seu quadro a partir da greve de 1921, misturando com fatos e personagens de 1922 e do período pós 30, com a plena liberdade que dispõem os que cultivam a ficção.

Enfim, ao tempo em que essas notícias de greve revelam crescente explicitação do conflito entre **capital x trabalho**, por outro lado indicam também a debilidade do movimento operário. Limitados pelos condicionamentos estruturais do Estado oligárquico, submetidos a um paternalismo controlador e comendo baixa densidade populacional, os trabalhadores urbanos de Sergipe dispunham de reduzido poder de barganha. Dentro dessa estrutura social, a desproporção de poder entre **capital x trabalho** se manifestava em maior dimensão do que em outros Estados, especialmente do Sudeste. Com tal desproporção de poder, os movimentos organizatórios se tornavam mais difíceis, assim também as possibilidades de movimentos grevistas. Diante das dificuldades dos movimentos organizatórios, as reivindicações encontravam pouca ressonância e a conquista de direitos ia-se revelando

particularmente lenta, tornando a fundação da cidadania retardada. Por esse quadro, pode-se certamente inferir que os trabalhadores de Sergipe chegaram a 1930 mais defasados em direitos em relação a muitas categorias de outras regiões do país. Por outro lado, sendo mais frágil o movimento operário, o papel do Estado de intermediador de conflitos tornou-se mais decisivo, daí uma certa importância da primeira fase da Revolução de 1930 para o movimento operário de Sergipe.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. Livros

- DANTAS, José Ibarê Costa. *O tenentismo em Sergipe*. Petrópolis-RJ, Vozes, 1974; *A Revolução de 1930 em Sergipe: dos tenentes aos coronéis*. São Paulo, Cortez; Aracaju, UFS, 1983, e *Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- DANTAS, Manoel Corrêa, Presidente do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1927, ao instalar-se a 24ª legislatura. Aracaju, Imprensa Oficial, 1927.
- FONTES, Amando. *Os Corumbas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho — Política e Legislação Social no Brasil — 1917-1937*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- LOBO, José Joaquim Pereira, Coronel, Dr. Presidente do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1922, Aracaju, Imprensa Oficial, 1922.
- MACHADO, Manoel Cabral. "Aspectos dos Movimentos Operários em Sergipe" *in Revista de Aracaju*. Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, Ano XIX, 1962, nº 7, p. 241.
- MEMORIAL — Os Industriais Sergipanos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado. Maruim, Imprensa Econômica, 1921, p. 12.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, 1968, p. 41/42.
- SILVA, Maria Ivonete Santos. *Romance Industrial: Aspectos Históricos e Sociológicos da Obra de Amando Fontes*. Brasília, FUnB; Aracaju/ FUNDESC, 1991.

2. *Publicação Oficial*

Censo de 1920.

3. *Revistas e Jornais*

Revista de Aracaju. Prefeitura Municipal de Aracaju/SE, Ano XIX, 1962, nº 7, p. 241.

A Cruzada, 1921.

A Luta, 1921.

Correio de Aracaju, 1921 e 1927.

Diário da Manhã, 1915/6.

Jornal do Povo, 1915/6, 1921.

Sergipe Jornal, 1921 e 1927.

O Operário, 1891, 1896, 1915/16.

Voz do Operário, 1920/30.

NOTAS

- ¹ Ver Amado Fontes - **Os Corumbas**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. A primeira edição ficou a cargo de Schmith Editora e é de 1933.
- ² Ao longo dos anos foram publicados vários estudos críticos sobre **Os Corumbas**. Um apanhado desses estudos ver: Maria Ivonete Santos Silva - *Romance Industrial: Aspectos Históricos e Sociológicos da Obra de Amado Fontes*, Brasília, FUnB - Aracaju/FUNDESC, 1991.
- ³ Cf. Manoel Cabral Machado - Aspectos dos Movimentos Operários em Sergipe in *Revista de Aracaju*, Prefeitura Municipal de Aracaju/ SE., Ano XIX, 1962, nº 7, p. 241 236/246.
- ⁴ O autor chega a nomear os operários que se opuseram à destruição e, armados, garantiram a fábrica: Entre outros, Daniel Moisés, Pedro Silva, Augusto Gonçalves, Odilon Torres, José Piedade, Serafim Bomfim, José Lacerda, Raimundo Nunes. - Manoel Cabral Machado - ob. cit. p. 242.
- ⁵ Censo de 1920. Em 1921 já se fala em 8 fábricas têxteis: 1. Santa Cruz – *Cia. Industrial da Estância* (Estância); 2. Passagem – *Peixoto, Gonçalves & Cia.* (Passagem); 3. Senhor do Bomfim – *Silveira, Ribeiro & Cia.* (Estância); 4. São Cristóvão – *Azevedo, Amado & Cia.* (S. Cristóvão); 5. *Sergipe Industrial – Cruz, Ferraz & Cia.* (Aracaju); 6. *Confiança – Ribeiro, Chaves & Cia.* (Aracaju); 7. *Propriá – Britto, Menezes & Cia.* (Propriá); 8. *Têxtil Vila Nova*. Ver memorial – **Os industriais Sergipanos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado**, Maruim, Imprensa Econômica, 1921, p. 12.

- 6 Ver "**O Operário**", 1891 e 1896, 1910/11, 1915/16. As primeiras notícias dessas associações remetem-nos a 1895, a Sociedade União Operária, e no ano seguinte há informações de mais três: Montepio dos Artistas, União Proletária e Socorro Mútuo.
- 7 Ver José Ibarê Costa Dantas – *O Tenentismo em Sergipe*. Petrópolis–RJ, Vozes, 1974. E "Os Partidos Políticos em Sergipe (1889-1964). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.
- 8 Ver José Albertino Rodrigues – *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, 1968, p. 41/42.
- 9 Ver "**Jornal do Povo**", 14 e 16.01.1915 e "**Jornal da Manhã**", 15.01.1915.
- 10 Ver "**Jornal do Povo**", 06.07.1915.
- 11 "**O Operário**", 13.02.1916.
- 12 Idem, 13.02.1916.
- 13 Idem, 20.02.1916.
- 14 "**Diário da Manhã**", 12.02.1916.
- 15 Idem, 24.02.1916.
- 16 Idem, 24.02.1916.
- 17 José Albertino Rodrigues, ob. cit., p. 41.
- 18 Sobre a relação das greves, vide José Albertino Rodrigues, ob. cit., p. 41. Quanto ao reconhecimento de entidades patronais, diz conceituada estudiosa da legislação social: "a luta pelas 8 horas de trabalho constitui uma verdadeira conquista de setores do operariado deste período. No caso dos têxteis, tal demanda, juntamente com outras referentes ao trabalho feminino, do menor e também do horário de trabalho noturno é aceita, em junho de 1991, tanto pelo Centro Industrial do Brasil, quanto pelo Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão." Ângela Maria de Castro Gomes – *Burguesia e Trabalho – Política e Legislação Social do Brasil – 1917-1937*. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1979, p. 142.
- 19 Cf. "**Voz do Operário**", 08.1921.
- 20 "**Voz do Operário**", 09, 1921.
- 21 Idem, 06.1921.
- 22 Idem, 09.1921. Historiando os fatos, uma longa matéria publicada no "**Correio de Aracaju**" informava que na Fábrica Confiança o horário, pelo menos para certas categorias, havia aumentado para 12 horas, com início às 5 horas, trinta minutos para o almoço e encerramento às 17h30m. Cf. "**Correio de Aracaju**", 22.09.1921.
- 23 Idem, 09.1921.
- 24 Idem, 09.1921.
- 25 Idem, 09.1921.
- 26 Idem, 09.1921.
- 27 Tudo indica que a maioria dos jornais não se ocupou do assunto. No "**Jornal do Povo**", da família Nobre, sob a direção de Manoel Nobre,

adversário ferrenho do Presidente do Estado, não encontramos nenhuma referência ao movimento grevista. Por esse tempo eram publicadas cartas abertas às autoridades constituídas, no caso, ao Chefe de Polícia e ao Presidente do Estado, mas mesmo nessas cartas não aparecem referências. Ver "**Jornal do Povo**", setembro/outubro/1921. Em "**A Cruzada**", órgão católico da diocese, também não encontramos nenhuma alusão ao movimento dos trabalhadores. Ver "**A Cruzada**", setembro/outubro/1921. "**A Luta**", por sua vez, uma pequena folha semanal de propriedade de Emílio Rocha, simpatizante da causa operária, também não noticiou nada. Quem acompanhou a questão, publicando várias matérias, foram o "**Correio de Aracaju**" e o "**Sergipe Jornal**". O primeiro era dirigido por João Menezes, seu proprietário, jornalista e político, fiel seguidor do ex-Presidente do Estado, Oliveira Valadão, aliado do então Presidente, Pereira Lobo. O outro, ou seja, o "**Sergipe Jornal**", era de Antonio Batista Bittencourt, Intendente da Capital e genro do próprio Presidente do Estado.

²⁸ "**Correio de Aracaju**", 07.09.1921, e "**Sergipe Jornal**", 5, 6, 13, 26, 27 e 29.09.1921.

²⁹ "**Voz do Operário**", 09.1921.

³⁰ Idem, 09.1921.

³¹ "**Sergipe Jornal**", 12.09.1921. Carta de Sabino Ribeiro ao Exmo. Dr. J. J. Pereira Lobo, M.D. Presidente do Estado de Sergipe, in "**Jornal de Sergipe**", 12.09.1921. Observe-se que na referida epístola, apesar das queixas contra as lideranças grevistas, não há nenhuma alusão direta ou indireta à prática de alguma ação de violência por parte dos trabalhadores.

³² "**Jornal de Sergipe**", 12.09.1921.

³³ Entre os participantes do encontro foram citados: o Desembargador Simeão Sobral; o Presidente da Assembléia, Dr. Álvaro Silva; Secretário Geral de Estado, Antonio Bittencourt, Governador da cidade (sic); Deputados Gentil Tavares e Antonio Mendonça; proprietários e/ou diretores das fábricas: Pedro Amado, Manoel Cruz, Tales Ferraz, João de Souza Sobrinho, Sabino Ribeiro, Francisco Porfírio de Brito, Cantidiano Vieira, Afonso Fonseca, Ceciliano Andrade e Manoel Gonçalves, além de advogados como Hunald Cardoso e Leonardo Ribeiro. Ver "**Correio de Aracaju**", 07.10.1921.

³⁴ Ver Memorial – **Os industriais sergipanos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado. Maruim**, Imprensa Econômica, 1921.

³⁵ "**Voz do Operário**", 10.1921. Participaram da comissão que representou o Centro Operário Sergipano, os operários: Manoel Franklin, Onésimo de Araújo Pinto e Antonio de Siqueira Alves, presidente do Centro, bem como o advogado da entidade, Clodomir Silva.

- ³⁶ Idem, 10.1921.
- ³⁷ Idem, 03.1922.
- ³⁸ Idem, 04.1922.
- ³⁹ "**Voz do Operário**", 04 a 07.1922.
- ⁴⁰ "**Voz do Operário**", 05.1921.
- ⁴¹ Idem, 04, 05 e 06.1922.
- ⁴² Idem, 05.1922.
- ⁴³ Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1922. Aracaju, Imprensa Oficial, 1922, p. 9.
- ⁴⁴ "**Voz do Operário**", 02.1928.
- ⁴⁵ Cf. "**Sergipe Jornal**", 12.05.1927.
- ⁴⁶ Cf. José Nunes da Silva, declarações ao autor em 11.11.80. "**Voz do Operário**", 05.1927. "**Sergipe Jornal**" e "**Correio de Aracaju**", maio de 1927. Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas – Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 7 de setembro de 1927, ao instalar-se a 29ª Legislatura. Aracaju, Imprensa Oficial, 1927.
- ⁴⁷ Manoel Cabral Machado, ob. cit., p. 242.
- ⁴⁸ Ver José Ibarê Costa Dantas – *A Revolução de 1930 em Sergipe: Dos Tenentes aos Coronéis*. São Paulo, Cortez; Aracaju, UFS, 1983.

JACKSON DE FIGUEIREDO CEM ANOS

José Silvério Leite Fontes

Aos nove dias de outubro de 1991, completaram-se cem anos do nascimento *de Jackson de Figueiredo*. Como estudioso da vida e obra desse sergipano singular, venho colaborar com esta Revista para a comemoração do primeiro centenário de seu nascimento.

Foi em Aracaju. Cresceu no seio de uma família marcada pelo talento. Muitos de seus membros foram temperamentos fogosos e arrebatados. E o jovem Jackson desde cedo revelou personalidade afirmativa, passional, impetuosa, radical em suas atitudes, cheia de audácias e de ansiedade.

Fez os estudos primários em Aracaju, inclusive também no Colégio Americano, de orientação protestante. Por aí já se vê o nível de religiosidade católica da casa paterna. Naquele Colégio, cursado na idade crítica da revisão de valores, morreu-lhe a fé cristã. Dai sorver sedento a literatura cientificista e agnóstica, que podia conseguir na capital acentuadamente provinciana de Sergipe.

Ingressou no Ateneu Sergipense, para os estudos secundários, mas foi terminá-los em Maceió, pelas suas incompatibilidades com alguns professores e colegas. Depois, cursou a Faculdade de Direito da Bahia, onde se bacharelou.

Apesar da vida boêmia intensa, era grande leitor e aluno distinto. Vocacionado para a amizade, para o relacionamento pessoal, para a afinidade emotiva e intelectual com os outros, cedo cercou-se de amigos, com quem alimentava o comércio das letras e dos graves pensamentos sobre a vida. Sabia atrair aos demais para seus caminhos, como também sabia receber deles impressões vivas nessa comunicação de existências.

Foi assim que a figura plácida de um esteta tranqüilo e lírico, **Xavier Marques**, e de um poeta cético, mas inquieto em sua tranqüilidade, **Garcia Rosa**, fizeram-no descobrir os valores da espiritualidade e seguir na direção de Deus.

Em 1913, diplomado, embarcou para o Rio de Janeiro, a Meca dos que procuravam projeção no cenário nacional. Conseguiu ingressar no jornalismo metropolitano, relacionar-se, fazer-se conhecido.

Jackson de Figueiredo, apesar de seu natural exteriorizante, era um homem atormentado pela angústia de viver, de uma vida que amava e sofria também, com a dor de existir cravada no peito, a angústia de ser. Tocado pela empatia com os outros volvia-se sobre eles e os recebia em seu imo, como já disse. Desse modo conheceu a **Farias Brito**, o filósofo cearense, sonhador e triste, sua terceira grande amizade, entre a multidão de outras.

Desde cedo, o jovem Jackson, se era marcado pela presença dos homens, também o era dos livros e, através destes, de seus autores, dos homens distantes, que se lhe comunicavam pelo mistério das palavras, carregadas de sentimento e de pensamentos. E escrevia. Compunha versos. Aos dezesseis anos, publicou o primeiro livro deles, *Bater de Asas*. Seguiu-se-lhe *Zíngaros* (1910). E também ensaios, que eram meios de divulgar aquelas figuras dos seus amigos, que lhe marcaram a vida, como *Garcia Rosa* (1915), *Xavier Marques* (1913 e 1915) e *Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito* (1916, além da publicação posterior de *A Questão Social na Filosofia de Farias Brito* (1919) e *Humilhados e Luminosos*. Pessoas sem projeção nacional, algumas delas que nada deixaram de relevante, mas entes humanos, ricos de sonhos e expectativas, ou talentos esquecidos pela sociedade e os que cedo se foram sem tempo para manifestarem a riqueza de suas letras.

No *Garcia Rosa*, ele focaliza o drama do intelectual ou do artista provinciano. Diz de como os provincianos são conhecidos ou desconhecidos pelos que vivem nos grandes centros.¹ Somente soube de *Garcia Rosa* por **Xavier Marques**, outro homem de província, da vizinha Bahia.

"Ele não publicara livros, até então, não fizera propaganda. Era desconhecido no Rio. Há provincianos de valor, mas isolados. Um pequeno grupo de amigos, uma palestra desconfiada à porta maldizente da Garnier, e nada mais... O homem superior pode ser também um desterrado no espaço e no tempo, falar linguagem de outras terras e de outros tempos, não ter nada de comum com os homens entre os quais nasceu, senão os valores

intrínsecos a toda humanidade. Este não será nem revoltado, nem político militante, mas simplesmente um pensador, e no seu pensamento ou na sua cisma, os dias que vão passando, a labuta em redor, não têm outra força que não a de avivar mais os seus olhos para o passado e o futuro, o que já foi e o que virá, e então, da meia névoa de sua vida interior, retirará as máximas eternas, apurará o espírito divino que anda perdido no turbilhão grosseiro da existência". Depois, visualizava nesse homem esquivo e superior o Artista, para concluir ser Garcia Rosa o tipo perfeito do Artista.²

Em *Humilhados e Luminosos*, lembra o poeta **Melo Leite**, cedo falecido, um desarmônico, *"um pobre passarinho que embalde quis viver entre duras obrigações humanas"*, mas que soube cantar. Lembra ainda **Uriel Tavares**, de Muzambinho, Minas, poeta, reduzido a roceiro, mas de quem se pode dizer: *"a dor e o amor sempre se buscam e cresce a dor, onde o amor enviado do céu, faz crescer o desejo de mais, de horizonte mais largo e ares mais puros"*. Daí sua autêntica e intensa religiosidade. Lembra também e especialmente a **Pedro Kilkerry**, seu brilhante colega de curso, o único que o superava nas notas escolares. Descreve-o: *"alto, magro, feio, feíssimo mesmo, mas de uma feiura distinta, singular, quase bonita, às vezes em que como se distinguia uma luta entre o tipo norte europeu, de que descendia, e o mestiço brasileiro que era"*. Figura extraordinária, cheia de contrastes, traduzia sete línguas, lia sofregamente até o amanhecer as grandes obras da literatura universal e brasileira, mais os filósofos, inclusive Kant. Além disso, poeta, fazendo da imaginação seu mundo real, em contraste com a pobreza extrema e as péssimas condições de vida. *"Vemo-lo já, coitado! — nos seus ritmos singulares, alucinantes, mas nunca vulgares. Quantos poderão amá-lo assim, prisioneiro destas páginas de saudade, sem que possa vibrar na atmosfera especialíssima que ele próprio criara? Não sei"*.³

Por outro lado, quando dissertava Jackson sobre suas lembranças, abria-se em confissão de suas angústias e de suas idéias e intuições. Isso, em todos os trabalhos já mencionados, mas, num crescendo, especialmente de **Garcia Rosa, Xavier Marques e Farias Brito**.

Enfim, **Pascal Vint**. E seu livro *Pascal e a Inquietação Moderna* espelha o doloroso caminho da descoberta de Jesus Cristo e de sua Igreja.

Segue-se a conversão ao Catolicismo e a recepção do sacramento eucarístico.

Daí por diante, Jackson parte para a ação. Isso decorria, naturalmente, de sua compreensão da realidade e da vida. Inspirado em Nietzsche, cujas obras marcaram os anos de sua juventude, tomava o dado da vida como algo que se impõe por si mesmo. Uma vida torturada, dolorosa, dilacerada, mas porque a consciência é também vida, não admitia fuga e fraqueza. Era preciso aceitar corajosamente o desafio e viver intensa e arrebatadoramente. Essa vida convulsa e desordenada compunha-se na Arte. Por isso, no *Xavier Marques*, via na Arte o desvio religioso do homem de ação. Dois polos em que se afirmava o indivíduo, em seu permanente contraste com a sociedade. Duas forças em conflito. Grande, portanto, o indivíduo que sobrepujava a sociedade. Divinizava os gestos daquele mais forte que a sociedade. Quem mais pode é de razão que tenha mais direitos. A sociedade procura ser cada vez mais poderosa e respeitada. O indivíduo fortalecer-se-á lutando, se for digno e feito para lutar. Por outro lado, a Ação fez-se Ação Inteligente e senhora do mundo. De outro, o Artista é um *"precursor, um formador de sentimentos, um criador de almas. Tudo isso gerando uma grande responsabilidade, pois quem tem mais direitos, tem mais deveres"*. Tudo isso arrebatado pela *"vida, a tragédia universal, (que) continua eternamente incompreensível e indomável, nascida, destruída e ressurrecta pelo tempo, gerador e destruidor de prodígios"*.⁴

Num segundo período, relacionado ao encontro com **Farias Brito**, Jackson aprofunda sua vivência espiritual, sem desvincular-se do tema da vida como dado irresistível e da dor, como algo inerente ao viver humano. Descobria agora que a razão não lhe dava resposta às dúvidas cruciantes, como ainda esperava no *Xavier Marques*. Descobria o sentido da vida, que lhe dava significação: o Bem. E este é Deus. No curso da vida, a consciência descobria o eterno como resposta à vida dilacerada. Descobria-o pela intuição. Reduzia-se a razão à função de análise e crítica, e de comunicação, do dado inacessível e auto-excludente.

O terceiro período é o do encontro com a Fé em Jesus Cristo. Pascal apresentava-lhe o Salvador crucificado, na morte resgatando a vida. Além disso, Pascal tivera experiência espiritual semelhante à sua. Viera do torvelinho das paixões e do ceticismo à verdade revelada pelo homem plantado na cruz, isto é, no sofrimento e na dor, mas que era a própria vida. Esta, embora despedaçada, ressurgia do abismo para o triunfo definitivo. Sua presença tão significativa era um chamado irrecusável, vindo das profundezas do ser. Apesar das insuficiências da razão e de sua dubitação crítica, valia à pena apostar na vida, que se impõe por si mesma.

Após essa fase de transição, inaugurava-se a última delas, em curtos nove anos. A *Pastoral* de **D. Sebastião Leme** convocara os católicos à ação. Jackson de Figueiredo sempre atribuíra o primado à ação, como exuberância da vida. Como essa ação que agora concebia não era mais somente a eflorescência da vida egotista, mas de algo transcendente, o novo homem que nele surgia era um soldado, um combatente para o controle da experiência tumultuosa das paixões, em favor de um existir autêntico e centrado além do ego na divindade. A paisagem do espírito delineava-se na área do cotidiano como uma ordem a ser imposta, pois ele chegava ao existir verdadeiro pela direção combatente de repressão dos sentimentos impetuosos e desarvorados, fruto do pecado original, causa das limitações e da angústia do ser humano. O ser temporal dos homens aparecia-lhe cada vez mais como marcado por duas direções contrárias, em que se repartiam os atos humanos: a da graça, compenetrada do sobrenatural, e a do pecado, voltada para o preternatural, o demoníaco.

Por isso, a sociedade humana exigia o peso da autoridade. O Estado, órgão da disciplina profana, deveria ser imagem da Igreja, órgão da vida de caridade. E utilizando os meios fortes, únicos que domam os impulsos efetivos dos homens entregues ao contexto da mundanidade. Era preciso preservar a autoridade política, se possível restaurar a monarquia cristã. Fortalecer a autoridade, preservar a nacionalidade e as tradições cristãs da Pátria. E esta não é outra coisa que suas tradições.

Era, portanto, um estado preternatural o da sociedade civil brasileira de então, separada da Igreja, dedicada à indiferença religiosa, capa encobridora da descrença e da hostilidade hipócrita a Jesus Cristo. Tudo isso fruto do individualismo burguês e do liberalismo dito democráticos. Necessário fazer o contrário da revolução individualista. Restaurar a autoridade e o primado da ordem política. Nisso foram seus mestres Veuillot, Joseph de Maistre e Charles Maurras, embora com restrições à concepção positivista deste último.

Em decorrência desses pensamentos, Jackson organizou o **Centro D. Vital** e editou a revista **A Ordem**. Reuniu um grupo de intelectuais e manteve com outros intensa correspondência. Deu novo impulso ao apostolado leigo. Propiciou a renovação formal das relações entre Igreja e Estado, começada com Arthur Bernardes e desenvolvida, depois de 1930, pelo positivista Getúlio Vargas. Lançou as sementes de onde germinaria a **Ação Católica**. A 4 de novembro de 1928, veio a morrer afogado junto à ponta do Joá, na entrada da baía de Guanabara, no curso de uma pescaria, em que ele foi pescado pelas mãos de Deus.

Em outros trabalhos que escrevi sobre o líder católico sergipano, Jackson de Figueiredo — *Sentido de Sua Obra e Razão e Fé em Jackson de Figueiredo* — analisei sobretudo o conteúdo de sua mensagem. Neste de agora, pretendo descrever alguns reflexos de sua atuação na imediata posteridade, isso dentro das limitações de tempo e leituras, necessários à inserção neste número da revista do IHGS.

Mais de que pelos pensamentos, Jackson projetou-se pela força de sua personalidade e pelas suas atitudes religiosas e políticas. O Jackson jornalista despertava reações negativas, por sua agressividade e intolerância. Não assim o companheiro e amigo. Homem de diálogo no relacionamento pessoal, não o era no relacionamento público, quando quase sempre aparecia de armas em riste.

Não farei estudo satisfatório, apenas mais juntarei algumas achegas à presença de Jackson em seus pósteros.

Em primeiro lugar, a presença espiritual. É sabido o grande número dos que com ele tiveram contato, ainda que nem todos ingressaram na militância católica. Somente citarei aqueles que, em seus escritos e atitudes denotaram a influência de Jackson de Figueiredo: **Alceu Amoroso Lima, Hamilton Nogueira, Perilo Gomes, Barreto Filho, Tasso da Silveira, Heráclito Sobral Pinto, Durval de Moraes, Augusto Frederico Schmidt.**

Alceu Amoroso Lima, sem contestação, o maior dentre eles. Sucessor do amigo à frente de *A Ordem* e do *Centro D. Vital*. Durante muitos anos, enquanto viveu *D. Sebastião Leme* e mais algum tempo presidente da *Ação Católica Brasileira*, e também presidente da *Liga Eleitoral Católica*. Crítico Literário e crítico de idéias, embora seus conceitos não derivassem da temática reflexiva do amigo, mas constituíram testemunho perene da fidelidade à Igreja e da identificação crescente com o tomismo, sob a orientação de **Jacques Maritain**, o que era uma aspiração de Jackson, por sua fidelidade às diretrizes da Igreja. Sobretudo **Amoroso Lima** desempenhou aquele papel de liderança intelectual cristã, sempre atenta e prestante, diante dos acontecimentos políticos, sociais e religiosos da Pátria.

Hamilton Nogueira, conhecido por seu espírito de solidariedade humana como médico, participou da atividade política, na reconstrução do Estado democrático, após a ditadura de Vargas.

Sobral Pinto, advogado exemplar, sempre em defesa dos direitos da pessoa humana e da moralidade política, inimigo do arbítrio, embora herdeiro das preocupações pela ordem e pela valorização moral da autoridade.

Barreto Filho, autor da *Introdução à Correspondência* do amigo, na qual realizou um excelente trabalho de compreensão da meditação filosófica, caracterizada como de estilo existencial.

Em suma, Alceu soube assinalar bem o papel de apóstolo de Jackson, com as seguintes palavras, escritas em *Contra Revolução Espiritual*:

“Todo o movimento de restauração espiritual cristão, em nossa vida atual (na década de 30) de inteligência no Brasil, teve como verdadeiro provocador a Jackson de Figueiredo. Sem ele, Farias Brito ficaria esquecido. Sem ele, Eduardo Prado, no plano cristão, seria apenas um paradoxo. Nabuco, uma atitude de envelhecimento. Laet, um esgrimista displicente. Felício dos Santos, uma conversão provinciana. Sem ele, todos os que se bateram pela causa do Espírito teriam sido apenas atiradores isolados, figuras sem articulação na história da vida brasileira e muito menos na grande vida católica que transita por sobre todas as fronteiras e hoje em dia, mais do que nunca, reúne em torno de seus princípios, como satélites, todas as tendências anti-materialistas da humanidade contemporânea.”

A presença que venho de ressaltar se manifestou por duas vertentes: a da concepção religiosa específica quanto à vida cristã e a do pensamento político. A primeira, mais presença de gestos e atitudes que de idéias. Cada um seguiu a rota de sua vocação individual. Essa autonomia de experiência religiosa resultou da maneira como o apóstolo sergipano atraía as pessoas que desejava ver no rebanho de Cristo. Quanto ao pensamento político, transmitiu-se mais por princípios definidores que por diretivas concretas.

Barreto Filho, já citado, soube compreender a estrutura do pensamento religioso jacksoniano, o que não significa se identificasse com ele no que tinha de peculiar, pois os juízos que formula sobre as posições do pensador sergipano são todos eles derivados do tomismo. De sua leitura resulta a impressão de que o crítico procura descobrir a conformidade do pensamento daquele com as teses tomistas. Isso realmente estava na intenção de Jackson, embora seja duvidoso que efetivamente ocorresse. A perspectiva própria dele está finalmente bem desenvolvida por **Barreto Filho**, em sua *Introdução*. Nesta, entende a meditação de Jackson como *“aprofundamento da própria personalidade, no contato com aquelas outras que constituíram sua comunidade”*, ou seja, os amigos, os escritores, poetas, depositários da tradição da dor humana. Ele pensava sua própria experiência vital e nesse plano íntimo, em que

as almas se comunicam, no plano do viver da fonte radicalmente uma e dialeticamente diversa do existir das pessoas individuais, encontrava aos demais e procurava estimulá-los à descoberta do mundo moral e de seu vértice, o Cristo crucificado e triunfante. O mundo moral não seria um esqueleto de regras, mas um todo de carne, sangue e espírito. *“O erro moral deve ser evitado não como uma negação da vida, mas precisamente com uma dilatação da vida, como a sua intensificação”*. O mal é ilusório, é uma alucinação.

“Agir, só é permitido para criar, e nada se cria com o ato sem revestimento moral, apenas se destila uma vã agitação que se perde no vácuo. Ordem moral conduz um valor objetivo, qualidade de vida plena, de que experiência estética é uma imagem embebida no Eros, o poder funesto e ao mesmo tempo purificador de beleza que o desperta”.

Finalmente conclui **Barreto Filho**:

“Jackson procurava fundar uma ética em que toda ascese possuísse um valor criador e fosse sempre um movimento de superação, de mudança de plano, matando a vida com a própria vida e esse é o encanto que obscuramente estabelecia entre eles e os seus contemporâneos uma simpatia misteriosa, ao primeiro contato”.⁵

O fenômeno da simpatia espontânea pelos outros, que lhe permitia extravasar-se nos dilemas alheios e introjetar-se neles, para seguir e acompanhar suas direções vividas, constitui o segredo de sua força apostólica e de persuasão. De fato ele nada impingia. Desafiava virtualidades, acompanhava, com o calor da amizade e da identificação, sua trajetória ético-estética. O processo de conversão de **Alceu Amoroso Lima**, o **Tristão de Athayde**, ilustra o papel que desempenhava como agente humano da operação transcendente de mutação das almas, da metanóia. Os documentos desse processo estão na correspondência entre ambos, recentemente publicada. De logo, Alceu declara que o separam, da Igreja Católica, a indolência espiritual diante da disciplina da Igreja e o respeito humano, além da ignorância de sua doutrina, mas diz acreditar nos valores da caridade, do sacrifício, do perdão, da tolerância e no amor.⁶ Estava, pois, aí o filão donde extrair as possibilidades da fé: humilde confissão de vaidade, amor à verdade e abertura à caridade. Tudo isto está resumido na carta de Jackson de 20/21.10.1922:

“Em primeiro lugar está que em todos os seus erros descubro eu a principal das verdades no trato humano

que é também uma ordem de conhecimentos — e esta é a sua sinceridade... O que me interessa é a alma que ela revela, e se esta alma pode ou não elevar-se à verdade, fazer bem ou fazer mal às menos aptas e ajuizar das coisas por si mesmas. Eis aí toda minha questão com você, só produto do bem, do grande bem que lhe quero".⁷

Em ambos havia uma angústia invencível, dramática e dogmática em Jackson, melancólica e agnóstica em Alceu. Ambos tinham em comum a influência bergsoniana, que os direcionava para a experiência interior e os lampejos da intuição.

Por seu lado, Alceu considerava-se em permanente disponibilidade, de certo modo êmulo de Arniel, de que se despedirá depois em texto célebre, mas uma disponibilidade inquieta de si mesma.⁸ Nessa altura, como observa **Barreto Filho**, o interlocutor muda de tom e desloca a correspondência do plano estritamente especulativo para o dos temas existenciais⁹, embora isso se dê já em 1927, após grande hiato na correspondência, desde 1924. Nessa linha, sugere ao amigo a importância de Chesterton para esse contato de aspirações existenciais.

Surpreendentemente, passados pouco mais de três meses, Alceu escreve a 9 de julho:

"Hoje já não peço a Deus apenas Fé. Peço também inteligência para propagar, para comunicar a Fé. Porque começo a sentir não mais a inquietação de chegar à verdade... mas a inquietação de mostrar a verdade. É toda uma Revolução em meu espírito. É que devo tanto a você, meu querido e corajoso amigo, depois de Deus. Você e Chesterton foram os meus dois inquietadores".¹⁰

Mas ainda lhe restava esperar pela confirmação dessa conclusão racional, pela convicção íntima, pela iluminação.¹¹ Jackson desdobra então a sua dilacerada experiência íntima, mostrando que Jesus não prometeu a felicidade, mas uma saída para a luz: *"que o difícil caminho da humildade e do sacrifício é o caminho certo para a glória da ressurreição na vida real"*. A fé não vive sempre na iluminação, como no seu caso, dele Jackson, mas na luta árdua consigo mesmo e na adesão às exigências da consciência.¹² Irmana-se com o amigo nesse transe de angústia e conclui:

"Nós somos verdadeiras urnas desse amargo mas nutriente vinho da reversibilidade, que completa misticamente a obra do Salvador. O mundo só oferece saída aos que têm horror a suas entranhas. Aquele que

sofre, aquele que é realmente infeliz, é o único que tem a noção da felicidade e ter a noção de uma coisa já é possuí-la humanamente. É preciso serenar o sofrimento para que ele reflita, de fato, a ordem, isto é, seja imagem do sofrimento a que Jesus Cristo se sujeitou".¹³

Segue-se um período que não posso acompanhar passo a passo, para não exceder dos limites traçados a este artigo, em que Alceu se debate no receio de trazer-lhe, a fé, letargia a sua inquietação ou de sentir-se fraco para atender a suas exigências, ou de dar um passo arbitrário, não exigido pela força da verdade e de onde não se poderá desvencilhar, ou de perder a alegria de viver, pois a proximidade da Fé lhe trazia tristeza e divisão interior. Jackson retruca-lhe:

"Se o que lhe dói é somente julgar-se incapaz de amar a verdade ou reduzi-la a um sistema, eu lhe digo que não a terão reduzido a sistema os maiores santos, e lhe digo mais que o sentir-se incapaz de amar a verdade (após as provas que você tem dado de aprofundá-la em todos os sentidos) pode bem ser uma graça divina, uma provação, de que só lhe advirá maior força para amá-la".¹⁴

Ao lado do diálogo de experiências religiosas e das opiniões e sugestões diante das dúvidas de Alceu, Jackson indicava-lhe livros para refletir e pessoas para ouvir e para abrir-se, como o **Pe. Leonel França** e **D. Sebastião Leme**. Em 1928, há na correspondência, uma calmaria, que logo se encerra, para conversação mais serena sobre a graça, culminando a 15 de agosto com a pública adesão à Fé católica.

O processo de conversão de Alceu aos conceitos metafísico-religiosos nela expendidos ilustram bem o modo como o pensamento de Jackson influía em sua geração. Ele não fazia a cabeça de seus interlocutores, como se diz vulgarmente, mas os incitava a pensar e a descobrir em si mesmos e por si mesmos as verdades inerentes à vida, à angústia, ao pecado, à redenção e à graça. Era a metodologia dialética de Sócrates, sem o apelo à técnica racional deste. Dialética de experiências e não de juízos analíticos. Como posteriormente diria o próprio Alceu:

"Considero muito mais fecunda a coexistência de dois monólogos que o choque direto de um diálogo polêmico".¹⁵ Jackson sabia praticar os dois: um na intimidade, no encontro pessoal, e o outro, no público debate.

O que acabei de expor e dizer vem confirmado por dois amigos seus. Encerra Tasso da Silveira seu estudo sobre ele com as seguintes palavras:

"Abriu, para o que se chama a intelectualidade brasileira, os horizontes da crença, que até então tinham estado para ela inteiramente fechados. Tornou possível pensar-se, no Brasil, em função da idéia de Deus, o que significava haver salvo nosso espírito para a obra construtora que lhe está reservada. Tornou habitual, se assim se pode dizer, entre nós, a especulação metafísica, até então exercida puramente por inteligências isoladas, o que vale dizer estéreis. Conduziu-nos para o pensamento político e social, vivido com a necessidade intrínseca do momento histórico da nacionalidade. Com seu apostolado da ordem, da disciplina, do bom senso, criou ambiente para novas diretivas políticas que, consultando melhor os dados da natureza humana e da nossa realidade particular, pudessem levar o Brasil à plenitude de suas realizações vocacionais. Ensinou-nos a todos a interessar-nos, de maneira fervorosa, pela realidade surpreendente que é a alma de cada homem, com o que desempenhou cristianíssima função apostolar.¹⁶

No mesmo sentido, é a palavra de **Perilo Gomes**. Trata ele da ação apologética ou apostolar de Jackson como constituindo o sentido de sua obra. Explica-a sobretudo pelo homem que ele foi.

"Como encarnação de uma doutrina ele era a exemplificação do seu heroísmo, da sua liberdade, do seu desapego a interesses subalternos, da sua elevação na esfera da inteligência e no domínio espiritual... Um homem que pelo amor dos outros homens os impelia à estrada da Redenção; um homem em quem a paixão pela verdade despertava em nós outros o horror pela mentira; um homem em quem o amor pela Igreja tinha o poder de penetrar no coração de quantos se lhe acercavam, era uma graça reveladora, um método vivo de interioridade, uma criação contínua de simpatias, um dinamismo perene de afeto, uma força invulgar de renúncia, um ritmo poderoso de vitalidade, um movimento de ascensão contínua para o imponderável, para a suprema beleza e a eterna bem-aventurança".¹⁷

A ação de Figueiredo tem sido considerada elitista, pois voltada exclusivamente para a persuasão dos intelectuais. **Hamilton Nogueira**, outro de seus amigos e convertidos, dá-nos a explicação disso. Em seu entender, ele veio a suprir o hiato entre a Igreja e a intelectualidade brasileira e, por meio desta, com a sociedade e as

instituições públicas. O divórcio entre a Igreja e os letrados levava o país à indisciplina intelectual. Para superá-lo, Jackson, segundo **Nestor Victor**, foi o primeiro a olhar com simpatia aos escritores não católicos. Ademais, segundo Nogueira,

*“toda a ação social e política de Jackson de Figueiredo é orientada pelo primado da inteligência. É a idéia a força abstrata que dirige os atos humanos, mas é preciso que as idéias tenham o seu fundamento na realidade universal, para salvar o mundo da desordem e do aniquilamento”.*¹⁸

Diante de exemplos como o de Jackson de Figueiredo, que reproduz outro de alcance mais universal, como os dos profetas, fundadores de religiões, Jesus Cristo, Maomé, Buda, e dos profetas filosóficos, como Sócrates, pode-se refletir sobre as seguintes palavras de Goethe:

*“Escrever é um abuso de linguagem; a leitura isolada é um triste sucedâneo do discurso. É através da sua personalidade que o homem age sobre o homem com todo o seu poder, e sobretudo a mocidade sobre a mocidade. É também aí que são produzidos os efeitos mais puros, os que animam o mundo e o preservam da morte física ou moral”.*¹⁹

A palavra escrita serve para solidificar as mudanças de espírito, aprofundá-las, e tem alcance direto mais geral. Mas a anunciação viva e pessoal toca os corações, comove as almas e abala os entendimentos e, como observa Goethe, sobretudo junto aos moços. Dessa maneira, quase todos os movimentos de convicções novas e ardentes.

Quanto à influência de Jackson nas atitudes políticas da intelectualidade brasileira, é preciso situá-la em seu contexto histórico. A democracia liberal decepcionara a muitos. Em verdade, os dogmas liberais não se faziam realidades políticas. Eles correspondiam a um tipo de sociedade que não era a brasileira de então. Contribuíam para desorganizar os padrões éticos e políticos do passado, que apareciam idealizados diante das desordens contemporâneas. Por isso, muitos espíritos voltavam-se para a tradição e a conservação e mesmo para uma solução autoritária do problema político. Com maior razão, os católicos. O liberalismo da época estava impregnado da filosofia anti-cristã do iluminismo e das ilusões românticas sobre a natureza humana. Ele era agressivo em relação à Igreja e nada liberal. Esvaziava os preceitos cristãos da presença viva do Redentor. Possuía uma organização filosófica ativa e penetrante, a maçonaria. Procurava retirar o sagrado da vida pública e também das

consciências. Por isso, na década de 20 de nosso século, quase todos os intelectuais cristãos, mesmo europeus, eram reacionários diante desse espetáculo e punham sua esperança no retorno ao quadro político e social do passado. Assim, na França, **Jacques Maritain** e **Massis**. Deixaram-se inclusive encantar pela *Action Française*, de **Maurras**, somente depois descobrindo que, do ponto de vista religioso, essa possuía os mesmos defeitos do liberalismo. E isso por obra de Pio XI. No Brasil, tomista ilustre como **Alexandre Correia** apegava-se aos esquemas políticos de Sto. Tomaz, válidos para os anos da Idade Média. Embora não versando sobre matéria política, os conceitos filosóficos do **Pe. Leonel França** eram basicamente anti-liberais e apologéticos.

Havia, pois, entre cristãos e não cristãos uma forte corrente autoritária, a que não era estranho o positivismo, em suas diversas tendências. Por isso, não é fácil discernir o papel específico de Jackson de Figueiredo, salvo relativamente ao grupo de seus amigos. O que se observa neste é a preocupação exclusivamente moral e política sem abertura para o social, que, por despreparo sociológico, julgava pudesse ser resolvido somente por meios políticos e vivências morais. Para isso também contribuía um resquício de nietszcheanismo, com a exaltação das elites e de seu desempenho na orientação do comum dos homens.

A leitura das obras de **Plínio Salgado**, por exemplo, indica outras vertentes para o reacionarismo deste. Embora em Literatura e Política assinale Jackson como das influências recebidas e ambos comunguem na defesa do autoritarismo político, com restrições ao fascismo, no nacionalismo e no sentido cristão da autoridade, a estrutura de seu pensamento é diversa, como se depreende de *A Quarta Humanidade*, verdadeira filosofia da História integralista: enquanto Jackson era um romântico que pisoteava seus impulsos românticos, a obra de Plínio, apesar de sua forma modernista, é espiritualmente romântica e parcialmente hegeliana, com a admissão das forças telúricas, naturais e espirituais, que presidem ao destino histórico da humanidade. Sua visão do problema social é mais ampla que a de Jackson, pela influência de **Alberto Torres** e **Oliveira Viana** e do pensamento fascista. Por outro lado, está mais próximo de **Farias Brito** que do próprio Jackson.²⁰

Do círculo de amigos de Jackson saíam os seguidores mais fiéis de seu pensamento político. Muitos, com o advento do integralismo, o fascismo brasileiro que fazia restrições ao estatismo de Mussolini, ressaltando os direitos de Deus e, portanto, da religião; reconhecendo os direitos da pessoa humana, embora entendendo-os como despojamento do livre arbítrio dos indivíduos na ordem sócio-

política; proclamando a autonomia da família e das corporações diante do Estado; mas deixando-as inermes ante este, com a sustentação do partido único, do princípio dominante da unidade política contra toda indefinível diversidade; da exaltação do chefe inspirado e apesar de não o dizerem, claramente, verdadeiro oráculo da Providência.²¹ Ainda os que não vestiram a camisa verde, **Alceu Amoroso Lima** e **Hamilton Nogueira**, não escondiam suas simpatias pelos movimentos autoritários.

A dissensão começou lentamente no decorrer da década de 30. Para isso influiu certamente a mudança de atitude de **Jacques Maritain**, que no curso proferido na Universidade de Santander, em 1934, depois de publicado sob o nome de Humanismo Integral, formulou uma nova filosofia política, em desenvolvimento dos princípios tomistas, usados agora para justificar certo tipo de democracia e certo tipo de liberalismo mitigado, mas repelindo toda solução autoritária e todo tradicionalismo político. Depois, foi a guerra, em que os regimes fascistas desvendaram sua verdadeira face pagã e brutal, cuja violência era possibilitada pela estrutura do regime ditatorial. A Humanidade, saída dos escombros daqueles anos atroz, reacendia sua fé nos direitos humanos.

Alceu Amoroso Lima, homem sensível e inteligente, embora em pugna permanente com suas vaidosas inclinações, pois não se apegava às posições antes estabelecidas, compreendeu as exigências da hora e começou sua variação no sentido do que ele depois chamaria de socialismo democrático ou democracia social.²² Essa evolução atingiria seu ápice com a 4ª edição de sua Política, agora acrescida de notas retificadores.

Embora não conheça o pensamento político de **Sobral Pinto**, toda a ação deste como jurista e advogado foi marcada pela defesa dos direitos da pessoa, vista como algo prevalecente sobre as exigências dos interesses coletivos.

Diga-se de passagem que as reservas de Alceu vinham da época de sua convivência com Jackson. Embora se declare simpatizante de *Action Française* nos anos 20, o que o predispunha a ouvir o discurso do amigo, vem depois a discordar, especialmente após a condenação dela, com sua *politique d'abord*, por Pio XI. Por isso, diz que a questão social precede a política, convida Jackson a ser antes nosso Maritain que nosso **Garcia Moreno**, isto é, antes "um rochedo em meio à tempestade", que um herói, é finalmente sobre a concepção jacksoniana, ativista, que via política como o meio de integralização humana da verdade divina, opinava que todas as demais atividades relativas à arte, à filosofia, à pastoral, são também formas de integralização, todas imbuídas de um misto de contemplação e ação.²³

As novas atitudes políticas de **Alceu e Hamilton Nogueira** eram rompimento com o pensamento político de Jackson. Entretanto, representavam nova interpretação, aplicada à política, das motivações profundas da ética jacksoniana, fundada no valor imenso de cada homem, como imagem de Deus, e também, sob o influxo de **Maritain**, nova interpretação das liberdades políticas e sociais, então sustentadas pelo liberalismo filosófico.

As duas correntes ainda persistem. A primeira, abrigada no **Centro D. Vital** e na revista **A Ordem**, em sua forma atual. A segunda, não institucionalizada em muitos pensadores católicos dispersos por este país. O que nos reserva o futuro? Quem o sabe... Os escolhos contra os quais se chocava o sergipano estão hoje ultrapassados. Os problemas cruciais são outros, como a superação do capitalismo, a construção de uma democracia afeiçãoada a nossos padrões de cultura, a superação da pobreza e a participação do Brasil no processo de internacionalização econômica e cultural, sem perda de sua identidade. Isso em termos políticos. Além da violência desregrada, ao lado do respeito aos direitos humanos. Quanto aos religiosos, não mais o indiferentismo, mas a exaltação da vida de prazer, de apetites, de ambições e o grave desconhecimento da ordem moral. Espero em Deus que, do lodo da terra nasçam os lírios do vale.

NOTAS

- ¹ FIGUEIREDO, Jackson de. *Garcia Rosa*. Tip. Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1915.
- ² Ibidem, p. 5, 6, 8 e 9.
- ³ Idem. *Humilhados e Luminosos*. Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1921, p. 11, 52, 63, 104, 107, 133.
- ⁴ Idem. *Xavier Marques*. Tip. Bahiana de S. Melquíades, Salvador, 1913, p. 14, 15, 19, 23/24, 36, 41 3 69.
- ⁵ BARRETO FILHO. *Introdução, in Correspondência*. Agir Editora, 3ª edição, Rio, 1946, p. 40/46.
- ⁶ LIMA, Alceu Amoroso, e FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondência – Harmonia dos contrastes*. ABL, Rio, 1991, p. 46/48.
- ⁷ Ibidem, p. 54/55.
- ⁸ Ibidem, p. 68.
- ⁹ Ibidem, p. 78/78.
- ¹⁰ Ibidem, p. 114.
- ¹¹ Ibidem, p. 128.
- ¹² Ibidem, p. 130/132.

- ¹³ Ibidem, p. 148.
- ¹⁴ Ibidem, p. 251/252.
- ¹⁵ LIMA, Alceu Amoroso. Memórias improvisadas. P. 332, in MEDEIROS, Jarbas. Ideologia Autoritária no Brasil. 1930-1945, Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio, 1978, p. 232.
- ¹⁶ SILVEIRA, Tasso da. *Jackson de Figueiredo*. Agir Editora, Rio, 1945, pg. 36. GOMES, Perilo. *O Apologista, in memoriam*. Ed. Centro D. Vital, Rio, 1929, p. 76/77.
- ¹⁷ GOMES, Perilo.
- ¹⁸ NOGUEIRA, Hamilton. *Jackson de Figueiredo*. Ed. Loyola, São Paulo, 1976, p. 72, 116/117.
- ¹⁹ GOETHE. J. W. Von. Poesia e Verdade. 1ª vol., trad. bras., Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 2ª ed., 1986, p. 343.
- ²⁰ MEDEIROS, Jarbas. Ob. cit., p. 391. SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. José Olympio Ed., Rio de Janeiro, 1934. Idem. *Despertemos a Nação*. José Olympio Ed., Rio, 1935.
- ²¹ SILVEIRA, Tasso da. *Estado Corporativo*. José Olympio Ed., Rio, 1937, p. 241/301
- ²² MEDEIROS, Jarbas. Ob. cit., p. 312. LIMA, Alceu Amoroso. *Memórias Improvisadas*. Ed. Vozes, Petrópolis, 1973, p. 116/121.
- ²³ **Correspondência**, ob. cit., p. 112, 271 e 311.

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior é um dos mais importantes historiadores sergipanos nos primeiros decênios deste século. Escreveu sobre os mais variados temas da História de Sergipe dedicando-se aos estudos da velha questão de limites de Sergipe / Bahia.

Neste mister, consultou os arquivos da Bahia, tendo escrito ***"A História dos limites de Sergipe e Bahia"***, importante obra para o conhecimento da questão. Sua edição data de 1916, pela Imprensa Oficial do Estado, com autorização do Presidente Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão.

Sua colaboração na imprensa sergipana (inclusive partidária), onde publicou uma coluna — "Pó dos Arquivos", é variada.

Entre os seus inúmeros papéis, em grande parte inéditos, hoje recolhidos ao Arquivo Público Estadual, com a transferência do arquivo de **Sebrão Sobrinho**, encontra-se o manuscrito ***"UMA PÁGINA SOBRE A COMPANHIA DE JESUS EM SERGIPE - 1575 A 1759 (Crônica dos Tempos Coloniais)"***, ainda inédito.

É ele que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, numa homenagem à sua memória, insere neste número da sua Revista.

Ao escrever o trabalho que ora publicamos, Carvalho Lima Júnior cingiu-se à consulta de alguns documentos encontrados nos arquivos, provavelmente baianos, e num ou noutro livro de ampla circulação nos meios intelectuais de Sergipe, como a *História de Sergipe* e *História Territorial do Brasil*, ambos de **Felisbello Freire**, citados nas notas que acompanham o seu manuscrito inédito.

Isso limitou, com toda certeza, o poder de análise de Carvalho Lima Júnior.

Muito tempo depois, o aparecimento da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Pe. Serafim Leite S. J., muda

completamente a orientação dos estudos sobre os jesuítas em território brasileiro e, conseqüentemente, em Sergipe.

Assim, tornou-se necessário aditar o texto com algumas notas que explicitam a passagem dos Jesuítas em Sergipe. Para diferenciá-las das notas originais do autor, essas estão assinaladas em letras maiúsculas.

L. F. R. Soutelo

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA

Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior é um dos mais importantes historiadores sergipanos nos primeiros decênios deste século. Escreveu sobre os mais variados temas da História de Sergipe dedicando-se aos estudos da velha questão de limites de Sergipe / Bahia.

Neste mister, consultou os arquivos da Bahia, tendo escrito ***"A História dos limites de Sergipe e Bahia"***, importante obra para o conhecimento da questão. Sua edição data de 1916, pela Imprensa Oficial do Estado, com autorização do Presidente Manoel Prisciliano de Oliveira Valadão.

Sua colaboração na imprensa sergipana (inclusive partidária), onde publicou uma coluna — "Pó dos Arquivos", é variada.

Entre os seus inúmeros papéis, em grande parte inéditos, hoje recolhidos ao Arquivo Público Estadual, com a transferência do arquivo de **Sebrão Sobrinho**, encontra-se o manuscrito ***"UMA PÁGINA SOBRE A COMPANHIA DE JESUS EM SERGIPE - 1575 A 1759 (Crônica dos Tempos Coloniais)"***, ainda inédito.

É ele que o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, numa homenagem à sua memória, insere neste número da sua Revista.

Ao escrever o trabalho que ora publicamos, Carvalho Lima Júnior cingiu-se à consulta de alguns documentos encontrados nos arquivos, provavelmente baianos, e num ou noutro livro de ampla circulação nos meios intelectuais de Sergipe, como a *História de Sergipe e História Territorial do Brasil*, ambos de **Felisbello Freire**, citados nas notas que acompanham o seu manuscrito inédito.

Isso limitou, com toda certeza, o poder de análise de Carvalho Lima Júnior.

Muito tempo depois, o aparecimento da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do Pe. Serafim Leite S. J., muda

completamente a orientação dos estudos sobre os jesuítas em território brasileiro e, conseqüentemente, em Sergipe.

Assim, tornou-se necessário aditar o texto com algumas notas que explicitam a passagem dos Jesuítas em Sergipe. Para diferenciá-las das notas originais do autor, essas estão assinaladas em letras maiúsculas.

L. F. R. Soutelo

UMA PÁGINA SOBRE A COMPANHIA DE JESUS EM SERGIPE¹

1575 a 1759

(Crônica dos tempos coloniais)

Carvalho Lima Júnior

I

***Os Jesuítas — Sua primeira missão
em terras sergipanas — Estabeleci-
mento da Companhia na Capitania
— Concessões territoriais.***

Um ponto interessante da História Colonial sobre a qual nada consta dos cronistas relativamente a Sergipe.

A propósito escreveu o Dr. Felisbelo Freire:

“Já não estava mais na administração Matos Henrique², que morreu em São Cristóvão em 30 de dezembro de 1759, quando executou-se o bando do Vice-Rei D. Marcos Noronha, de 26 de novembro de 1759, quando ficam expulsos os jesuítas e seqüestrados os bens móveis e de raiz da Companhia.

Desconhecemos as peripécias do fato em Sergipe e o número de jesuítas que habitavam a Capitania. Eram eles seus maiores proprietários e possuíam um número não pequeno de propriedades açucareiras.³

Nada mais.

Com efeito quase nada se conhece positivamente da Companhia de Jesus em Sergipe.

A própria tradição é quase nula. Nem ao menos é possível determinar precisamente o ano de seu estabelecimento na Capitania^(A), o que deve ter acontecido no fim do século XVI, nem o número aproximado de seus membros quando forem presos e deportados.

É sabido, entretanto, que antes, alguns meses, da desastrosa tentativa do 4º Governador da Bahia, Luiz de Brito e Almeida, para conquistar Sergipe, os padres jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio, à frente de uma escolta de índios e de soldados comandados por um capitão, estiveram em catequese no sul de Sergipe, onde edificaram uma igreja, a que tomou o nome de São Tomé, em uma aldeia, e onde celebraram as primeiras missas de que há notícia naquele território.

Em seguida fundaram, a pedido de Surubi, outra igreja na aldeia a que deu o nome de Santo Inácio, à margem do Vaza Barris^(B).

E assim por diante levaram a catequese, de aldeia em aldeia^(C), fundando novas igrejas de construção primitiva, a pedido de diversos caciques^(D).

Deste modo o jesuíta continuou a influir espiritualmente de acordo com os Governadores, primeiro da Bahia, e depois, de Sergipe, após a conquista em 1590, atravessando incólume o período histórico da ocupação holandesa^(E).

Contudo, só depois do insucesso das armas flamengas, assinalado pela evacuação do território brasileiro, em meio caminho do século XVII, foi que a Companhia, sentindo-se mais vigorosa pelo desassombro em que viveu 30 anos, consolidou em Sergipe o seu completo domínio.

É justo, aliás, confessar, que esse domínio, a princípio, não foi de todo nefasto como no Paraguai, sujeito a uma teocracia de ferro, e em Portugal e Espanha, ainda hoje escravizados, porque se de um lado o jesuíta explorava a credulidade e o trabalho dos índios em favor de sua Ordem, do outro não deixa de exercer uma tal ou qual proteção, ao exemplo do Pe. Antônio Vieira, aos mesmos índios escravizados e cruamente tratados pelos seus conquistadores, não menos avaros e sequiosos de riquezas adquiridas pelo trabalho mal remunerado do mísero autóctone.

Apesar da deficiência de dados históricos fornecidos pelas crônicas, e de documentos imediatos, temos como mais provável que a Companhia de Jesus, seguindo a rota batida pelos primeiros catequistas, chefiados pelos Padres Gaspar Lourenço e João Salônio, em fevereiro de 1575, lançou os primeiros fundamentos de seu império em Sergipe, à margem esquerda do rio Real onde, em maio de 1596, já eram possuidores de uma sesmaria de terras vizinha à concessão de Cristóvão Rabelo.

Como estas, outras missões jesuítas espalharam-se pela Capitania, com seus Colégios, fundando igrejas, aldeias, e catequizando o gentio no coração das selvas.

Tais foram as missões de:

- Itabaiana (cuja sede ignoramos) em cujo distrito obtiveram carta de 10 de março de 1601, do Cap. Mor Diogo de Quadros, uma sesmaria de duas léguas de terra em quadro, no lugar denominado **Pixapoan**⁴ junto à serra da Cajaíba, ao norte do Vaza Barris, em cuja margem já eram possuidores, em 1600, de uma doação de três léguas^(F);
- Jaboaão^(G), no distrito de Vila Nova Real de El Rei, a 5 léguas mais ou menos do rio de São Francisco, onde fundaram igreja e colégio, que se manteve próspero até o fim da Companhia;
- São Gonçalo, perto de São Cristóvão, onde no fim do século XVI já se achavam situados com fazenda em **Tejupeba**^(H);
- Aldeia de São Pedro do Porto da Folha, no rio de São Francisco, próximo à embocadura do rio Porto da Folha^(I).

A julgar pela carta de sesmaria de 1601, em Itabaiana, damos como certo o estabelecimento definitivo da Companhia, no ano de 1597, sendo que antes disto já os seus missionários infestavam a Capitania, mandados anualmente da Bahia pelo Reitor da Ordem naquela capital.⁵

Os primeiros, localizados no rio Real, dominavam o sul da Capitania, exercendo a sua vigilância aos habitantes da região, na maior parte gentios do Geru, posteriormente Tomar ou Nova Távora, do Hospício de Santa Luzia^(J), a povoação mais antiga, que a tradição deu primitivamente povoada por colonos para lá mandados por Tomé de Souza, primeiro Governador da Bahia e da Colônia^(L).

No Geru já haviam encontrado uma igreja rústica^(M), bem como em São Tomé e Santo Inácio, como já vimos, e o gentio meio desbravado pela tradição recente dos primeiros pescadores de aimas, Gaspar Lourenço e João Salônio, em fevereiro de 1575.⁶

É tudo quanto se pode respingar a respeito desta missão, cujo estabelecimento data da fundação da Capitania, a julgar, como vimos, pela concessão de terras à Companhia.

Da missão de Itabaiana, se chegaram a estabelecer-se lá, perdeu-se a tradição, não sendo provável que houvessem desprezado a concessão junto à serra da Cajaíba.

Da de Jaboaão, a não ser as ruínas de sua igreja, bem como da de São Gonçalo, na sesmaria concedida à Companhia ao sul do

Vaza Barris antes do ano de 1600, quase nada conserva a tradição oral ou escrita anterior à extinção da Ordem.

Quanto à de São Pedro do Porto da Folha, primitivamente no distrito de Vila Nova, ignoramos se teve algum patrimônio ou doação de terras.

*“Reza, porém, a tradição, que levando a catequese ao alto sertão da Capitania, subindo o rio de São Francisco, no começo do povoamento, missionários jesuítas embrenhados nas florestas do Porto da Folha, à procura do gentio para o converter à Religião Cristã, descobriram uma tribo denominada **Romarís**”.*

Convertendo-os à fé e chamando-os à obediência, o jesuíta, com o auxílio dos mesmos, edificaram uma igreja a que deram o nome de S. Pedro, ainda existente, na ilha denominada dos Prazeres, formada pelo São Francisco em águas sergipanas.

Em breve desenvolveu-se a aldeia, cuja população aumentou com os gentios do outro lado do rio, habitantes nas adjacências do morro denominado Pão de Açúcar, pela sua configuração⁷ os quais, fascinados pela palavra e maneiras cativantes dos missionários, transpuseram o rio com suas famílias, e se lhes agregaram.

O padroeiro deu nome à aldeia, que mais tarde foi considerada como paróquia depois da extinção da Companhia, sendo ereta legalmente por decreto de 16 de agosto de 1830, desanexando-a da freguesia de Propriá com as divisas pela serra da Tabanga à margem do rio, 2 léguas abaixo do Curral de Pedras, e em frente à vila alagoana de Traipu.

É tudo o que consta dos jesuítas nesta aldeia formada pela conversão da tribo dos **Romarís**.

Logo no começo de sua obra, a Companhia de Jesus teve a habilidade de assentar as suas baterias nos principais pontos estratégicos da Capitania, estabelecendo-se, como ficou dito, nas localidades mais importantes, a saber:

- O rio Real para dominar o sul até Itapicuru; Jaboatão, o norte até a Capitania de Pernambuco; São Pedro a oeste da cachoeira de Paulo Afonso; São Gonçalo, a leste até o mar; Itabaiana, ao centro até os limites com Jeremoabo.

Ficou estabelecido assim um verdadeiro cerco formado pela valorosa milícia de Santo Inácio, de modo a não poder se desgarrar do aprisco nem uma ovelha do rebanho pastoreado.

Deste modo dividida a Capitania em diversos distritos teocráticos, dando o santo e a senha São Gonçalo e Jaboatão, enquanto aquele espiava o Governo e dominava a porção mais impor-

tante do território sergipano, pela riqueza e desenvolvimento da população, aquele, como sentinela avançada na outra metade, espiava a fronteira pelo rio São Francisco, a poucas léguas, e apossava-se das populações sertanejas para mais tarde apropriarem-se dos seus haveres como já se haviam apossado das almas.

Inteligentes, ativos, laboriosos, industriais, ambiciosos, orgulhosos e ao mesmo tempo aparentando humildade, preparados e aptos para todas as lutas, aparelhados para todas as empresas, não tardou muito, se viram os jesuítas os mais opulentos e poderosos proprietários da Capitania, tendo em suas mãos as principais fábricas, fazendas de criação e engenhos de açúcar^(N), custeados por índios e escravos pertencentes à Ordem.

Entretanto, é forçoso confessar que a suserania exercida pela Companhia sobre os povos de então foi até certo ponto um bem, por ter contribuído não pouco para o desenvolvimento da agricultura, para a pecuária e de outras indústrias rudimentares do tempo, ainda hoje em uso pelo sergipano rural.

Sem a ação do jesuíta naquela época, teria estacionado, não se pode afirmar até quando, o progresso da Capitania com as condições étnicas ao cruzamento, que constituía uma raça inerte, sem estímulo para o trabalho, para melhores destinos indolentes, sem instrução de nenhuma espécie, mesmo porque o Governo não a dava, habituada à vida primitiva do arco e a flecha do índio, o trabuco e catana do negro e do mameluco, espalhando o crime, razão porque se deixava facilmente dominar pelos régulos do templo.

Assentada a sua tenda de trabalho sob o pretexto da catequese, de que aliás não se descuidaram no meio de um povo sem cultura e sem liberdade, abria-se aos sectários de Loiola um vasto campo favorabilíssimo aos seus desígnios.

Dispondo do confessorário, seu principal baluarte, persuadindo pela argúcia, apavorando as almas com a representação teatral do inferno pintado ao vivo com a arte mágica de que a retórica costuma usar, impossível fora não se assenhorar de todas as classes sociais em nome de Deus e em proveito de sua Ordem.

Extremamente ambiciosos, gananciosos mesmo, insaciáveis, os jesuítas, ao mesmo tempo que doutrinavam aconselhando em nome da cruz o amor e o perdão, olhavam cobiçosos para os bens materiais do vizinho, plantavam a suserania entre as principais da Capitania, visando-a um proveito qualquer, e se apossavam da propriedade alheia em benefício da Companhia.

Não havia a quem recorrer, pois os próprios Capitães Mores e Ouvidores sentiam-se fracos e recuavam do seu poder. Incontestável.

Eram ao mesmo tempo árbitros e juizes em todas as pendências.

Por este motivo, até mesmo as outras Confissões Religiosas e o clero secular lhes eram infensos.

Apenas localizados entraram em desarmonia com os seus vizinhos, que prosperavam honradamente com os seus gados e as suas lavouras.

Um fato característico, como muitos outros:

- Tendo Francisco da Silveira, de Pernambuco, estabelecido residência em Sergipe em 1599, e obtido do Cap. Mor Manoel de Miranda Barbosa, lugar tenente do efetivo Diogo de Quadros, por carta de 9 de abril de 1601, uma doação de meia légua de terras nas margens do Vaza Barris, em Taperaguá, confirmada, aliás, por outra carta, de 18 de janeiro de 1602, e sendo confrontante de terras também doadas aos Padres da Companhia anteriormente, estes, não satisfeitos com as muitas e grandes concessões de que eram senhores em diversos pontos da Capitania, e com o fim de prejudicar um pobre colono onerado de família, precisando de terras para a lavoura e suas criações de gado; por ocasião de medirem a sua sesmaria, os padres roubaram-no, mandando incluir na demarcação a meia légua de terras que por duas vezes lhe havia sido doada.

Em vista disto, o Cap. Mor Cosme Barbosa, fraco perante a Companhia, mas não podendo deixar de ouvir as queixas de Francisco da Silveira, fez-lhe outra doação no mesmo rio, por carta de 3 de outubro do mesmo ano.

E assim faziam em toda parte como veremos adiante.

II

***Depois do domínio holandês —
Composição com Pedro de Abreu
Lima — Lei extinguindo a Compa-
nhia — Sua execução em Sergipe —
Prisioneiros mandados à Bahia e de
lá para Portugal — Tradição a res-
peito.***

Durante a ocupação holandesa, pouco progrediu a propaganda da fé pelo jesuíta, sem que este, entretanto, se tornasse inativo.

Não convindo estar contra os dominadores abertamente, nem tão pouco abrir luta com o flamengo do qual era inimigo pela Religião, luta de êxito duvidoso, que poria em risco o bem-estar, quando não a existência da própria Companhia, restringiu esta o círculo de sua ação, agindo com as precauções para não despertar ódios e represálias por parte de Maurício de Nassau.

Assim pensando maduramente, o jesuíta diminuiu o zelo pela salvação das almas em perigo (menos d'alma flamenga) e recolhido às suas fazendas, cuidou mais no desenvolvimento de suas indústrias do que no Evangelho.

Por sua vez, já não os preocupava muito a catequese, por que já dispunham em suas fazendas, de braços suficientes para o trabalho — gentios no regime da Ordem.

Não deixavam, porém, o mal veso de, uma vez por outra, cavar indisposições, de que podiam tirar partido, com seus vizinhos, principalmente por causa de terras.

Parece que já estava estabelecida a Companhia em Jaboatão quando, em 1649, por escritura de 6 de dezembro do mesmo ano, nas notas do tabelião Antônio de Brito Correia, os Jesuítas compraram duas sortes de terras a Pedro de Abreu Lima, grande proprietário e fazendeiro no norte da Capitania.⁸

Apenas empossados nas terras havidas por esta compra, que abrangiam grande extensão, começaram as dissensões entre os vizinhos, comprador e vendedor, dissensões que, a pouco, foram se extremando com o correr do tempo, a ponto de suscitarem diversas demandas no foro durante muitos anos, com dispêndio de avultadas quantias de parte, desabafos e represálias.

Por fim, como único meio de terminar as contendas e comprar a tranqüilidade de espírito, sujeitou-se Pedro de Abreu Lima a firmar com o Pe. Manoel da Costa, Reitor do Colégio de Jaboatão, um pacto de composição amigável, em virtude do qual desistiam das demandas e punham perpétuo silêncio sobre as dissensões até então havidas.

Este pacto foi confirmado por escritura pública lavrada nas notas do Tabelião Francisco da Rocha Barbosa, na Bahia, no Colégio dos Jesuítas, representando Pedro de Abreu Lima, por procuração, o Licenciado Nicolau Mendes de Oliveira, e a Companhia o seu Reitor Padre Francisco de Avelar e os padres consultores do Colégio.

Damos abaixo este documento por ser curioso e útil a todos os proprietários desde a lagoa da Cotingüiba ou Propriá, até Vila Nova e Pacatuba, a encontrar com os Religiosos de Nossa Senhora do Carmo, em Sant'Ana.

Ei-lo:

Traslado

Escritura de composição e demarcação de terras entre os padres da Companhia de Jesus e Pedro de Abreu Lima, como abaixo se declara:

“Saibam quantos este Público instrumento de escritura de Composição, troca, concerto, transação amigável, composição, desistência, divisão e demarcações de terras ou como em direito melhor lugar aja virem que no Anno do nascimento de nosso senhor Jesus Christo de mil e seissentos e setenta e sete annos^{8a} aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do Anno nesta Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos dentro do colégio da companhia de Jesus onde eu tabelião ao deante nomeado fui e sendo hai pareserão partes presentes a este outorgantes a saber de hua Banda o Reverendo pe. Francisco de Avellar Reitor do dito Colégio e Reverendos padres consultores ao deante asinados e da outra o Licenciado Nicolao Mendes de Oliveira em nome e como procurador de Pedro de Abreu Lima morador no Rio de São Francisco como me constou por hua procuração feita pelo dito Pedro de Abreu Lima cuja dou fé ser sua em que lhe dá poder para outorgar esta escriptura com os ditos Reverendos Padres como della constara por via lançada no fim deste instrumento, todos pessoas de mim tabelião reconhecidos. E logo por elle dito Padre Reitor e consultores e o dito Licenciado Nicoláo Mendes de Oliveira em nome do dito Pedro de Abreu Lima como seu procurador foi dito por todos juntos a cada um de persi em prezença de mim tabelião e das testemunhas ao deante assinadas que no Anno de mil seissentos e corenta e nove em os seis dias do mes de Dezembro compraram os ditos Padres da Compp^a ao dito Pedro de Abreu de Lima duas sortes de terra cito no Rio de São Francisco junto a ele como consta da escriptura de venda que lhes outorgou nas notas do tabelião Antonio de Britto Correia no dia do mesmo Anno e sobre a divisão demarcação e pocessão das ditas terras compradas vieram elles ditos Padres e ao Pedro de Abreu de Lima a ter duvidas e diferenças que vierão aparecendo demanda a porquanto o fins de demandas são incertos e causão odios e diferenças elles ditos Padres não querião senão Boa paz e amisade com o dito Pedro de Abreu de Lima se vieram compor com elle por via de concerto composição troca, divisa e demarcação e transacção e amigavel composição pela maneira seguinte: a saber que comesse o que outorga o dito Pedro de

Abreu de Lima em Jaguaripe, no Riacho das tabocas junto a um curral do dito Colégio a que chamão da onssa ao pé de um taboleiro que fica fronteira a hum allagadisso o qual allagadisso fica da Banda do sul junto ao dito curral e ao pé do dito taboleiro se meterá o primeiro marco que he o principio das terras dessa troca e correrá pelo mais Alto do taboleiro asima dividindo as quebradas que ficão para a parte do sul ao colegio do citio e quebrada onde esteve o gado do capitão Franco de Barros e no mais Alto do dito taboleiro se meterá segundo marco do coal se correrá atravessando a estrada que vai da Pindoba para as ditas quebradas que ficão ao colegio da Banda do sul na coal estrada se metem terseiro marco em correspondência do segundo e desse segundo e terseiro marco se correrá ao Rumo que der a Agulha até a nacença de hum Riacho que chamão mondé da onssa a coal nacença se entenderá ser aquella que corre todo o Anno e essa mesma cirva de coarto marco e dahi correrá pelo dito Riacho baixo até donde se mete em outro mayor que chamão o cadoz e no pé de hua cajazeira nova que está na Borda do dito Rio do cadós se meterá hua pedra que sirva de quinto marco e o Riacho do mondé da onssa servirá de Demarcação entre o citio das palmeiras de dito Pedro de Abreu de Lima e as terras do colégio desse quinto marco se hirá pelo mesmo Rio do cadós até chegar de fronte do principio da testada da terra de que o dito Pedro de Abreu de Lima fez doação Thome Pereira para dote de huma filha a coal de presente está casada com Manoel Tavares o mosso presuidor no presente da dita terra a coal he de quinhentas Brassas cujo meio que he na passage que faz o mesmo Rio para a dita casa serve de pião. Dusentos e sinco está para baixo, e dusentas e sinco está para sima e hirá a terra do colegio partindo com a dita testada que he de quinhentas brassas a coal acabada voltará a torra do colegio partindo com a terra e sobredito Manoel Tavares até o fim de sua dita que he o Riacho chamado o Pacatuba é dahi partirá com as terras do capitão Antonio de Souza Andrade até ladeira que está fora das mattas a que chamão o carro quebrado e daí partindo para o certão com as terras dos Religiosos de nossa Senhora do Carmo pela estrada que vai do poxim até dar em outra estrada que atravessa de Sergipe para a villa de pennedo dahi correrá a terra do colegio pela mesma estrada que vai pera Sergipe buscando toda a terra que for do dito Pedro de Abreu de Lima até chegar as terras que o dito vendeo a Paulo Antunes Freire e partindo com elle conforme sua escriptura até chegar donde for o Rumo do sul que correrá de huas lages

que ficão junto a mata no cabo do taboleiro das mangabeiras junto a estrada que vem para o Urubu adonde nas mesmas lagens se fara hua cruz que sirva de demarcação e destas lages se correrá pello mesmo taboleiro das mangabeiras até um marco de pedra que metemos ao pé de hum cajueiro junto a mesma estrada a mão esquerda dos que veem pella mesma estrada para o Urubu e desse marco que esta ao pé do cajueiro se correrá o Rumo que de Agulha até chegar a hum oiteiro fronteira ao cajueiro que esta no alto do citio chamado do Bacalhão de coal oiteiro corre o Rumo noroeste sudoeste para o mesmo cajueiro onde esta metido o marco agora vertentes para o mesmo ao dito cajueiro e tornando ao ditto cajueiro adonde esta metido hum marco ao pé delle correrá o Rumo a Barra do Riacho das Tabocas o coal Riacho das Tabocas e lagoa de mussuippe servirão de demarcações entre as terras delle dito Pedro de Abreu de Lima e do collegio e pelo dito Riacho assim até dar no primeiro marco de que se faz menção no prencipio desta escriptura. E declarou mais elle dito Lecendiado Nicoláo Mendes de Oliv^a procurador do dito Pedro de Abreu de Lima que a lemitação se se pos na escriptura de doação que se fez a Thome Pereira de que metendo gado seria sem prejuízo dos seus citios das palmeiras e do cadós se aguardara sempre pera com o Collegio que succede nas terras do cadós e com o citio das palmeiras e nesta conformidade se compozerão e concentrarão medição de demarcação e desistem de todas as demandas que tinham huns com os outros e são contentes que nellas se ponhão perpetuo silencio e se contentão com esta troca e demarcação e divisão que sobrigão a tudo cumprir e guardarem terem e manterem sem nunca encontrarem nem contradizerem com cousa alguma em parte nem em todo pera cumprim^o de tudo o que dito lhe dicerão os ditos padres que obrigavão os bense rendas do dito collegio e o dito procurador os bens do dito Pedro de Abreu de Lima moveis e de raiz havidos e por haver e o melhor parado delles e em fe e testemunho de verdade assim o outorgarão e mandarão fazer este instrumento nesta nota que assinarão pedirão e aseitarão e que della lhes dem os translados necessarios, sendo a tudo presentes as testemunhas Francisco Gomes e Bertholomeo de Azevedo lobo e Sebastião Gomes da Silva que assinarão e eu Franco da Rocha Barbosa tabelião eu escrevy = Francisco de Avellar = Joseh da Costa = Simão de Vasconcellos = Euzebio de Matos Manoel da Costa = Nicoláo Mendes de Oliv^a = Francisco Gomes de Azevedo lobo = Sebastião Gomes da Silva = Por esta

por mim feita e assinada eu Pedro de Abreu de Lima fosse meus Bastantes procuradores com especial poder na cidade da Bahia aos senhores Antonio de Brito de Castro Provedor da Alfandega e fidalgo da casa de sua magestade o ao Lecenciado Nicoláo Mendes de Oliv^a o Franco Gomes de Azevedo, para que coal quer delles como eu proprio em pessoa possão em meu nome fazer e asinar hua escriptura e troca de huas terras que fasso com os Reverendos ppes. da Comp^a de Jesus na forma de hum papel de concerto que fiz com o Rvo. Pe. Manoel da Costa Religioso da mesma comp^a donde vão confrontar os Rumos e demarcação da dita terra ao modo que sea de fazer a dita escriptura o coal papel esta hum delles em poder dos ditos meos procuradores e outro dos Reverendos ppes. por coal quer delles se fazer a contenuar a dita escriptura e sendo feita e assinada a Averei por firme e valliosa por que pera o tal effecto dou todos os poderes aos ditos meos procuradores pera este caso somte. e por verdade fiz esta e assinei. Rio de São Francisco Dozassete de outubro de mil seis centos e setenta e sete annos.(8^a) Pedro de Abreu de Lima = o coal treslado de escriptura eu Franco da Rocha Barbosa escrivão do publico judicial e nota nesta cidade do Salvador e seu termo por sua mage. fiz tresladar de meu livro de notas adonde a tomei a que me Reporto q. subscrevi e asinei de meo publico sinal seguinte – e S. R. – Em test^o da verdade Francisco da Rocha Barboza.”

Com a expulsão dos holandeses, os jesuítas viram-se mais desafogados, mas, por outro lado, encontravam estorvos no estado de anarquia em que se achava a Capitania, todos mandando e ninguém obedecendo por falta de um Governo estável e forte.

Mais tarde, porém, com a criação da Ouvidoria em 1696, começando o restabelecimento da ordem pública assegurada pelo primeiro Ouvidor prestigiado pelas tropas, que o acompanharam da Bahia para subjugar os rebeldes e os Tupinambás, que devastavam a Capitania, os jesuítas saíram a campo e os seus missionários, espalhando-se por todas as partes, fundaram aldeias e fizeram numerosas conversões, concorrendo para o êxito da pacificação no começo do século seguinte. Assim continuou a Companhia a sua existência agitada, conspirando contra a própria realeza, até o momento em que, por causa de seus abusos e demasias praticadas em nome de Deus, pondo em perigo o trono português e a ordem civil, o Marquês de Pombal obteve de D. José I a assinatura da Lei de 3 de setembro de 1759, que extinguiu a ordem em Portugal e seus domínios, proibindo qualquer comunicação com os seus mem-

bro e declarando-os rebeldes, traidores, desnaturalizados e pros-
critos.⁹

Em cumprimento desta lei, o Vice-Rei D. Marcos de Noronha fez publicar um Bando de 26 de novembro do mesmo ano mandando prender e deportar os jesuítas e seqüestrar os bens móveis e imóveis, o que teve lugar em Sergipe no Governo do Capitão-Mor José de Mares Henrique.

Em consequência, expedidas as competentes ordens e organizadas as escoltas compostas de soldados e paisanos, em dia aprovado foram cercados os colégios então existentes, de São Gonçalo e Jaboatão, presos os padres que foram encontrados e bem assim os escravos, sendo conduzidos para São Cristóvão com todas as seguranças recomendadas.

Escaparam da captura os que andavam fora e os que, disfarçados de secular, se internavam pelo interior.

Os bens móveis e imóveis foram logo seqüestrados.

Os cabedais, que possuíam em prata e ouro, cunhado e em peças de valor, não foram descobertos.

Posteriormente, diz a tradição, foram desenterrados os tesouros de São Gonçalo, e conduzidos em carros, por potentados que com os jesuítas mantinham relações, e assim constituíram seus herdeiros.

A mesma tradição diz terem os padres de Jaboatão deixado um grande tesouro, ainda hoje ignorado, dentro de um sino da igreja do respectivo Colégio, que foi enterrado em um lugar mais tarde revelado em Roma ao missionário Frei Paulo, capuchinho, por um padre antigo que ouvira o segredo, com as indicações, de um dos fugitivos já muito velho, que logrou voltar à Europa.

Em Jaboatão ainda corre esta tradição lendária, e afirma-se que, não há muitos anos, encontraram dentro de uma parede de igreja em ruínas, um caixão com dinheiro de prata.

Ignora-se quantos jesuítas foram presos.

De documentos oficiais sabemos apenas que o Ouvidor de Sergipe, em 5 de fevereiro de 1760, remeteu ao Marquês de Lavradio, Governador da Bahia, um Jesuíta, único encontrado na fazenda de Tejupeba¹⁰.

Mais três jesuítas foram enviados de Jaboatão, pelo Ouvidor, acompanhados de ofício datado de Tejupeba, respondido em 17 de março de 1760 pelo Vice-Rei.

No dia 18 de abril seguinte foram enviados para Portugal, com os da Bahia, em número de 117, nas naus N. Senhora do Carmo e N. Senhora da Ajuda (indo depois os restantes), e lá recolhidos à fortaleza de São Julião.

Nada mais consta sobre o estabelecimento e fim da companhia de Jesus em Sergipe¹¹.

Agosto de 1915

NOTAS

- ¹ Ext. a *História da Ouvidoria de Sergipe* (1696 a 1820), obra inédita pelo autor destas linhas.
- ² Escrevemos **Mares** Henrique em vez de **Matos**, em vista de documentos autênticos.
- ³ Dr. Felisbello Freire — *História de Sergipe*, pág. 5 e 6 — Doc. fornecido por Capistrano de Abreu, nota 10
- ⁴ Dr. F. Freire, *História de Sergipe*, pág. 6. Carta do padre Inácio de Tolosa.
- ⁵ Damos na íntegra a carta, por ser um documento interessante onde se revela a argúcia e a manha do jesuíta:
- ¹¹ *Saibam, etc., diz o irmão Amaro Lopes em nome do padre reitor da companhia de Jesus que eles, vai em quatro annos pouco mais que estão ajudando a povoar esta capitania sustentando a passagem do Vasa Barris e vindo todos os annos a esta capitania ajudar o espirital com muito trabalho outro si aqui he moradores para a terra no que em tudo fasem muito serviço a deus e a sua majestade porque ora eles sopricantes tem metido muita fabriquia asi de gentes como de gado e suas criasões e a terra que lhe he dada não he capaz de sustentar a sua fabríqua o mais que querem notar por quanto não servem mais que de pastos e ora junto a serra de cayaiba que podem ser oito legoas desta povoação está hum tapera que se chama pixapuan a qual se se povoar se fera muito serviço a deus e a sua majestade e bem crescente muito a esta capitania por evanto he fronteira e segura esta capitania para que tenham mantimentos pera poderem se sustentar visto serem moradores já pediu a Vm. lhe de em nome de sua magestade por devolluta no primeiro vale que esta antes da dita tapera pera elles tres legoas de tera a qual terra se demarcara pero dito vale direito ao rio Vasa Barris e pelo rio asima tornãdo pellas fraldas da Itanhana e cayalba pera oeste de maneira que fique as ditas tres legoas em coadro erm. - dou ao supricante em nome de sua magestade na parte que pede duas legoas de terra em quadro de sesmaria com todas as agoas e madeiras que nella se achar em Sergipe e des de março de seis sentos e hu o capitão M.M.B. em ausencia de Diogo de Quadros". *Hist. de Sergipe*, Dr. Felisbello Freire, pág. 373.*

- ⁶ Apesar do parecer do eminente Historiador Sergipano, que S. Tomé seja o local onde se acha a vila de Santa Luzia, nutrimos dúvidas a respeito, bem como sobre a antiga Santo Inácio.
- ⁷ Perto da cidade de Pão de Açúcar no mesmo município do Estado de Alagoas, estão Capitania de Pernambuco.
- ⁸ Além deste morgadio que se estendia no rio São Francisco subindo-o até a atual cidade de Propriá, inclusive, Pedro de Abreu Lima teve em 1665, por carta de 20 de março, uma doação de 6 léguas de terras no mesmo rio São Francisco, a começar nas matas da serra da Tabanga — Dr. Felisbello Freire, *Hist. Territorial*, pág. 294, nota 4.
- ^{8a} Houve engano na cópia do traslado quanto a data do ano, que no princípio do instrumento se declara 1667, ao passo que na procuração se lê 1677. Aceitamos como provável a primeira data, o que aliás pouca importância tem no caso.
- ⁹ Aniversário da tentativa de morte contra D. José (3 de setembro de 1758), pelo que foram condenados por sentença do Tribunal da Inconfidência no dia 15 de janeiro de 1759 e executados no dia seguinte, o Marquês e a Marquesa de Távora, Luiz Bernardo de Távora, José Maria de Távora, D. Jerônimo de Ataíde, Antonio Alves, Manoel Alves, João Migue, José Romeiro, o Duque de Aveiro e o Conde Atouguia, acusados de inspirados pelos jesuítas.
- ¹⁰ Falecido em São Cristóvão no dia 30 de dezembro de 1730.
- ¹¹ Certamente os quatro jesuítas enviados para a Bahia, um em fevereiro e três em março, foram capturados entre os fugitivos, pois, tendo sido dado o primeiro assalto com as devidas reservas recomendadas pelas ordens superiores, não podiam ter escapado senão os que se achavam por fora a negócio; todos os mais foram presos no primeiro cerco.
- Na tradição de que as diligências para prisão dos jesuítas, para não serem frustradas, foram ordenadas com cartas de prego numeradas e competente lacradas por ordem, com a comunicação de pena de morte a quem abrisse cada uma delas antes do tempo
- Dizia a primeira: no lugar tal será aberto o ofício nº tomarão tais e tais providências, — seguirão para o lugar tal onde será aberto o ofício nº (o número imediatamente superior).
- Assim marcharemos diligências por caminhos diferentes até que, em certo ponto, abrindo o último ofício achavam-se nas proximidades dos conventos ou colégios e, em obediência às ordens, sob a pena de morte comunicada, deram o cerco e prenderam os padres e escravos encontrados, durante a noite, conduzindo-os em seguida para São Cristóvão com todas as cautelas e seguranças recomendadas sob pena de morte.

NOTAS DO COMENTARISTA

- ^A Embora os jesuítas já tivessem recebido terras em Sergipe, em data anterior a 1596, “porque já nesta data, obtém um colono uma sesmária no Rio Real, chamado Itanhi, junto às sesmarias dos Jesuítas” [LEITE, S. J., Serafim (Pe.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*, VI, Livraria Portugália / Civilização Brasileira, Lisboa / Rio de Janeiro, p. 448], o estabelecimento definitivo deu-se em 1631. Entre essas épocas determinadas, para exercerem o seu ministério religioso. Em 1610, o Padre Manuel de Lima, Visitador da Ordem determinara que “se pusesse em Sergipe um ‘clérigo língua’ para administrar os sacramentos aos trabalhadores rurais”. [LEITE S. J., Serafim (Pe.), obra citada, p. 449]
- ^B Além das aldeias de São Tomé e Santo Inácio, uma terceira foi fundada nas proximidades do mar, sendo dedicada a São Paulo. A localização, “demasiado exposta e os índios recearam os Portugueses” [LEITE S. J., Serafim Leite (Pe.), obra citada, p. 441] e determinou o seu abandono.
- ^C Não se conhece notícia de que outras igrejas em 1575, tenham sido erigidas pelos padres da Companhia de Jesus em território sergipano. Em suas andanças por Sergipe, os jesuítas — segundo informações do Padre Inácio de Telosa, Provincial no Brasil ao Geral da Companhia — visitaram cerca de trinta aldeias. Os trabalhos catequéticos tornaram-se então muito pesados para o Padre Gaspar Lourenço e o Irmão João Salônio que, após a vista do Padre Luiz da Grã, aqui vieram o Padre João Pereira e o Irmão Pero Leitão. A chegada dos novos nobres eclesiásticos da Companhia determinou uma divisão deles entre as aldeias: em São Tomé o Pe. João Pereira e o Irmão João Salônio, em Santo Inácio o Pe. Gaspar Lourenço e o irmão Pero Leitão. [LEITE, Serafim (Pe.), obra citada].
- ^D Ao mesmo tempo da missão dos jesuítas, o Governador Luiz de Brito entregou a Garcia d’Ávila a fundação de uma povoação, distante três léguas para o interior (a partir da barra de rio Real), logo abandonada porque se encontrava fora das rotas de comércio. Contudo, o choque de interesses entre os jesuítas e os prepostos de Garcia d’Ávila determinou a expedição do próprio Governador que, ao dar combate aos índios de Sergipe, liquidou a primeira tentativa de ocupação do território sergipano. Esta se daria definitivamente em 1590, com Cristóvão de Barros.
- ^E Equivoca-se Carvalho Lima Júnior; a Companhia de Jesus não atravessou “incólume o período histórico da ocupação holandesa”. As tropas luso-espanholas do Conde de Bagnuolo foram acompanhadas, em sua retirada, por nove jesuítas que arrebanharam índios de três aldeias.

as, destacando-se *“pelo grande desvelo e contínua assistência”* que a eles prestava, *“confirmando ou reconduzindo-os ao serviço de S. M. o Padre visitador Manoel Fernandes”*. Grande luta ele teve que sustentar para impedir que os indígenas aceitassem a oferta dos holandeses a fim de que permanecessem ao lado deles, convencendo-os que *“era melhor perder a vida como bons católicos e leais vassalos de S. M. que viver entre os hereges e ajudá-los na guerra que contra a fé de Cristo faziam.”* [MORAIS, Melo (Dr.). **Corografia Histórica Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil**, in NUNES, Maria Thétis. Sergipe Colonial I, Tempo Brasileiro/Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro, 1989, p. 75]. Por sua vez, outra pessoa escreve: *“Retirou com este serviço a Companhia ao inimigo (ganhando-o V.M.) grande número de soldados, que poderiam fazer o dano que os índios, que o holandês perverteu, fazem agora à nossa gente”*. [In NUNES, Maria Thétis, obra citada, p. 88]. Essa informação é complementada por outra retirada da obra do Pe. Serafim Leite: *“Mas era residência precária, não tanto por si mesma, como pelas perturbações da invasão holandesa, que se aproximava do Rio de São Francisco e não deixaria em paz a própria Capitania e o Rio Real (grifo do anotador). E assim só mais tarde se retomaria, além das Casas das Fazendas, a idéia de Residência na Cidade.”* [LEITE S. J., Serafim (Pe.) *História da Companhia de Jesus*, v. 5, Livraria Portugália / Civilização Brasileira, Lisboa / Rio de Janeiro, 1945, p. 316-317].

- F Não se tem conhecimento desta aldeia jesuítica em Itabaiana, ainda que se saiba terem os padres da Companhia umas terras nas cercanias da serra de Cajaíba.
- G Localizada no município de Japoatã, e não Jaboatão, é uma fazenda na região do rio São Francisco. Segundo Serafim Leite, no inventário da Ordem, em 1694, aparece como *“Residência do Jaboatão no rio São Francisco”* e, em 1720, como *“Residência do Jaboatão e Urubu”*. Em 1757, o Vigário de Santo Antonio de Vila Nova referia-se a ela *“com sua Igreja de N. Sra. do Desterro, bem exornada e aprazível, além do mesmo Hospício e morada dos Religiosos ser muito clara e vistosa e saudável, com as casas de seus escravos arruadas, e tudo com muita direção”*. [Relação do vigário de Santo Antonio de Vila Nova Real, Joaquim Marques de Oliveira. AHC. Bahia. 2708, in LEITE S. J., Serafim (Pe.), obra citada. v. 5., p. 324].
- H A fazenda de Tejupeba, também conhecida como Colégio, já aparece no Catálogo de 1692 com o nome de *“Residência de Sergipe no Tejupeba”*, distinta já de outro grupo de fazendas, cujo centro se diz dois anos depois *“Residência de Jaboatão no rio de São Francisco”* [LEITE S. J., Serafim (Pe.), obra citada, v. 5., p. 321]. Nessa

época, viviam aí o Pe. João Nogueira, “procurador das Fazendas de Sergipe”, o Irmão José de Torres e o Irmão Francisco Simões, o primeiro construtor de canoas e o segundo carpinteiro. No ano da expulsão dos jesuítas, encontravam-se em Tejupeba três padres (Inácio Teixeira, Francisco Barbosa e Inácio de Carvalho) e dois irmãos (Honorato Martins e Metias Piller). Em Colégio, situada no lado esquerdo da rodovia estadual que liga a BR-101 à praia da Caueira, município de Itaporanga d’Ajuda, ainda se podem ver a antiga residência e a capela construídas pelos inacianos. No século passado, a propriedade passou para o Coronel Domingos Dias Coelho e Melo, Barão de Itaporanga.

- I A aldeia de São Pedro de Porto da Folha não tem nenhuma ligação com os jesuítas. [Ver sobre o assunto: LEITE S. J., Serafim (Pe.). *História da Companhia de Jesus no Brasil*, notadamente o volume V]. É certo que a aldeia ou missão de Porto da Folha foi fundada pelos Capuchinhos, inicialmente franceses e, mais tarde, italianos. (Ver DANTAS, Beatriz Góis e DALLARI, Dalmo. *Terra dos Xocó*, e REGNI, Pietro Vittorino. *Os Capuchinhos na Bahia*).
- J O Hospício de Santa Luzia estava implantado nas terras pertencentes aos Carmelitas, aos quais o Capitão Belchior da Fonseca Saraiva fez doação de seis léguas em quadro, entre os rios Indiaroba (afluente do Piauí Piauitinga) e Real.
- L Não há referência, na bibliografia consultada, a colonos mandados a Sergipe por Tomé de Souza. Dos Governadores Gerais, antes da expedição de Luiz de Brito em 1575, coube a Mem de Sá guerrear os índios do rio Real, sem no entanto estender a sua guerra ao território sergipano.
- M É desconhecida a existência desta Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Geru, hoje Tomar do Geru, logo nos primeiros anos da ocupação do território sergipano. A aldeia de Geru passou a ser administrada pelos jesuítas no século XVII, pertencendo ao grupo das aldeias dos índios Kiriri. Ainda não aparece como aldeia no Catálogo de 1683, ano em que os jesuítas compraram aos Carmelitas da Bahia um sítio para criação de gado, nas proximidades do rio Real, com a denominação de Ilha, cujos limites confrontavam-se com terras pertencentes à própria Companhia de Jesus, aos Carmelitas e a Pedro Homem da Costa. No Catálogo de 1692, a aldeia aparece com o nome de **Juru**, “**que significa boca ou entrada**”. Dois anos mais tarde, dizem que todos os índios, exceto 20, já estariam convertidos ao Cristianismo. Para o Padre Serafim Leite, mais tarde, passou a chamar-se Geru e “*também, ela ou outro sítio vizinho, Geruaçu*”, que em língua dos indígenas quer dizer, respectivamente, Lagarto e Lagarto grande. “*A vida da aldeia do Geru decorre no trabalho simples e pacífico da catequese, e também numa das suas obrigações coloni-*

ais, que era ministrar índios de guerra, conforme as requisições dos Governadores a diversas expedições, uma das quais contra os Mocambos em 1721." [LEITE S. J., Serafim (Pe.), obra citada, v. 5., página 325]. Edificaram os jesuítas a bela Igreja de Nossa Senhora do Socorro, na segunda metade do século XVII (1688), modificada no século XIX em sua fachada, conservando-se a talha, "exemplar belíssimo de transição na opinião de Lúcio Costa. "A Igreja, levantada pelo Pe. Luiz Mamiani della Rovere era a mais ornada e bela de todas as Igrejas missionárias fora da cidade da Bahia. Voltando a Roma, o Padre Mamiani não a esqueceu. Alcançou para ela a Confraria do Socorro, e ele e seus parentes, da maior nobreza romana, mandaram para a Igreja e missão do Geru, importantes donativos". [LEITE, S. J., Serafim (Pe.), obra citada p. 326]. Em setembro de 1758, a aldeia foi elevada à categoria de vila com o nome de Nova Távora. Ligam-se a Geru a "Gramática e o Catecismo Kiriri", do Pe. João de Barros, a "Arte da Grammatica da Língua Brasilica da nação Kiriri", do Pe. Luiz Mamiani. No ano da expulsão dos jesuítas, encontrava-se em Geru um único padre, Domingos de Matos, que depois de permanecer algum tempo com a sua família, seguiu para a Europa em 1760.

- ^N Entre as propriedades dos jesuítas em Sergipe, não se registra a existência de engenho. São fazendas. Os engenhos nelas existentes devem ter surgido muito mais tarde, após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus. Seus bens, em 1759, eram: *"seis moradas de casas e chãos e foros na Cidade de São Cristóvão de Sergipe de El-Rei; a Fazenda de Jaboatão e de Tejupeba e suas anexas, com casas de moradas, currais, gados e escravaturas no distrito da Comarca de Sergipe de El-Rei."* [LEITE S. J., Serafim (Pe.), obra citada, v. 5., p. 321].

- o Ver a nota "I".

PÁGINAS DE SAUDADE



Professor Felte Bezerra

PROFESSOR FELTE BEZERRA (1909-1990)

Maria Thétis Nunes
Presidente do IHGS

Conheci o Professor **Felte Bezerra** em 1936 quando fui sua aluna de Geografia no velho Atheneu da rua da Frente. Começaria, então, a amizade que foi até sua morte em 1990, quando, poucos dias antes, dele recebia afetuosa carta. Por sua mão, iniciei a carreira do magistério, recém-egressa dos bancos ginasianos, aceitando, com orgulho o convite que me fez para ensinar História no Atheneu.

Professor por vocação, Felte Bezerra aliava a vasta cultura humanística que era possuidor, o conhecimento da disciplina que lecionava — como demonstrou o concurso realizado, em 1938, para professor catedrático do Atheneu, então o posto mais cobiçado pelo intelectual sergipano — à capacidade didática para transmitir as aulas dentro das mais modernas técnicas pedagógicas.

À Faculdade Católica de Filosofia, um de seus fundadores, prestou relevante contribuição, sobretudo despertando nos alunos o interesse pela pesquisa no campo de Etnologia.

Exerceu com eficiência e entusiasmo, diversos cargos, como Diretor do Atheneu Sergipense, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membro da diretoria do SCAS (Sociedade de Cultura Artística de Sergipe), que foi um dos fundadores, tendo contribuído para a efervescência artística que a marcou naquele momento. Pertenceu à Academia Sergipana de Letras.

Deixou vasta obra publicada, apesar das limitações do meio e das dificuldades financeiras enfrentadas. Além de vários artigos em revistas especializadas, escreveu: *Etnias Sergipanas* (1950), *Investigações Históricas e Geográficas de Sergipe* (1952), ainda hoje obras indispensáveis ao estudioso do passado sergipano.

De seu entusiasmo pela Antropologia e Etnologia nos legou *Antropologia sócio-cultural* (1972), *Problemas de Antropologia e Estruturalismo de Levy Strauss* (1976), *Problemas e Perspectivas em Antropologia* (1980), *Aspectos Antropológicos do Simbolismo* (1983), *Análises Antropológicas* (1986).

A preocupação com os problemas contemporâneos o levaria a escrever *África Sub-Saariana e Marxismo* e *Era do Gorbachov*, obras póstumas.



Urbano Neto

URBANO NETO

L. F. R. Soutelo

Secretário Geral do IHGS

Urbano de Oliveira Lima Neto é lembrado aqui, com saudade, não na condição de engenheiro agrônomo que foi, mas como um cultor da História e das tradições culturais de Sergipe.

Nascido no engenho Tuim, município do Arauá, faleceu em Aracaju, sendo sepultado no jazigo da família em Estância, aos oitenta e quatro anos de idade, vividos com a intensidade daqueles que têm um ideal a cumprir, uma meta a atingir.

Se era agrônomo por profissão, ocupando funções importantes na esfera governamental, era também, e principalmente, um cultor das mais legítimas tradições da cultura do homem sergipano, um defensor apaixonado do seu patrimônio arquitetônico tradicional, um estudioso das leis da nobre heráldica.

Como heraldista, elaborou inúmeros brasões d'armas para municípios sergipanos e mesmo para o Estado, nos quais unia o conhecimento técnico da matéria, o gosto estético e o perfeito domínio da História.

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico, no tempo das comemorações jubilares da instituição, do Conselho Estadual de Cultura, quando vivíamos os quatrocentos anos da presença dos jesuítas em Sergipe, e da Academia Sergipana de Letras, ele foi um homem combativo e, por suas ações, marcou a vida dessas instituições que se ligam diretamente à História do Estado e à valorização da nossa Cultura.

Hoje, saudosos da presença e da sabedoria dele, reverenciamos a sua memória, dedicando-lhe esta página de saudade na Revista do Instituto que, ao lado da Academia, guarda o seu arquivo e os seus livros.

JAG, UM ESTRANHO HOMEM

Luiz Antônio Barreto

Jornalista e membro da
Academia Sergipana de Letras

A nova geração de sergipanos, que freqüenta os cursos da Universidade, os cursinhos preparatórios e as salas do 2º grau não conheceu José Augusto Garcez, o estranho homem que passou a maior parte da vida entre papéis velhos, pilhas de jornais, livros, objetos, fósseis e armamentos. Ao seu lado, por décadas seguidas, Delegado, espécie de ligação antropológica com o passado, fiel companheiro, com suas façanhas nas lutas ancestrais contra a peste. Nada disso, contudo, impediu que José Augusto Garcez vivesse apaixonadamente. Primeiro, com Isaura, musa e mulher, mãe e mártir, depois com Sílvia Carolina e Isaurinha, as filhas, crescidas entre os extremos da presença e da distância, do carinho e da conciliação.

Como um insurgente quebrou, ainda cedo, os vínculos pessoais e econômicos com a família e se fez, por vontade férrea, um homem dedicado à causa cultural. Pesquisador, deu a Sergipe alguns estudos e reflexões, tendo como objeto de suas análises a presença holandesa, a realidade e o destino dos museus. Como escritor enveredou pela poesia, pelo ensaio biográfico, pela historiografia, pontilhando com seu esforço intelectual a bibliografia sergipana. Foi, porém, como agente cultural que ele deu ao Estado uma contribuição sem igual, fundando e dirigindo o Movimento Cultural de Sergipe, fonte surpreendente da qual brotaram os talentos geniais de **Santo Souza, José Sampaio, Giselda Moraes** e outros.

O Movimento Cultural de Sergipe representou, para a literatura, o que a SCAS foi para as artes: um pulsar freqüente, anos seguidos, motivando um público em formação, que pelo som da velha Rádio

Difusora, acompanhava as récita dos jovens poetas sergipanos, então debutantes nesse contato com o público ouvinte. Muitos escreveram seus trabalhos especialmente para a leitura no programa de rádio de José Augusto Garcez, engavetando-os depois, saciados pelo sucesso da única comunicação. Outros experimentaram, nos tipos móveis da Livraria Regina, a leitura clássica dos livros, que se transformaram em obras essenciais ao evoluir literário de Sergipe.

Não se poderá escrever uma história contemporânea da vida cultural sergipana sem colocar, num destaque justo, o Movimento Cultural de Sergipe, com seu fundador e divulgador, seus poetas e escritores, seus leitores e ouvintes. Na frente, com invulgar capacidade de fazer amigos, com determinação e talento, José Augusto Garcez fazia do MCS algo que não podia ser ignorado, nem no Estado, nem fora dele. Ficaram esmaecidas pelo tempo, desbotadas como as paredes que as prendem, as fotos de José Augusto Garcez com luminares da cultura brasileira, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Eneida, Valdemar Cavalcanti, a quem JAG foi dar conhecimento do esforço inusitado que realizava no pequeno Sergipe, em prol da literatura. Mais do que a foto antiga, repleta de mortos, fica a memória, o gesto, desse estranho homem de estatura minimizada por uma leve deformação óssea, de grande cabeça, bigode fino e rigorosamente aparado, e olhos quentes como o seu hálito de amigo, abençoado a todos que buscavam na sua casa — mais que uma casa, um refúgio e um museu — o contato e o convívio da intimidade que a cultura sempre fez possível, pela linguagem do mesmo fazer.

José Augusto Garcez viveu 74 anos, mas não terá sido a surpreendente resistência diante da vida a razão da sua glória, e sim o compromisso que o diferenciou dos demais sergipanos do seu tempo, e que o fez uma instituição, algumas vezes travestido de um gigante na sementeira da criação literária do seu Movimento Cultural de Sergipe, e um vulcão, verdadeiramente abrasador, na defesa de suas idéias.

Morto, José Augusto Garcez é mais que uma saudade, é um exemplo como uma luz na escuridão da indiferença, que o tempo o tornará sempre maior.



Benemérita de Barros Vilela

BENEMÉRITA DE BARROS VILELA

Pedrinho Santos

Professor e Historiador

O homem atinge o degrau da perfeição, seu último fim, no instante em que, a despeito da rudeza da vida e da escassez moral da sociedade em que vive, consegue sustentar sua alma como uma fonte inesgotável de caridade.

A professora, museóloga e pesquisadora **Benemérita de Barros Vilela**, Bebê, falecida a 31 de outubro de 1990, em Salvador da Bahia, era um desses raros tipos de bondade, de um caráter profundamente sensível e inclinado a propiciar o bem ao próximo.

Casada com o agente industrial Arnaldo Alves Vilela, da tradicional família do ex-senador Theotônio Vilela, e D. Avelar Brandão Vilela, Benemérita nasceu a 10 de junho de 1932, no município de Garanhuns, em Pernambuco, tendo como pais Josué de Barros Correia, conhecido motorista daquela cidade, e Maria José dos Santos.

Foi nesta cidade serrana da cordilheira da Borborema, onde a pequenina Bebê, orientada pelos pais e os avós Eusébio, Belarmina e Cândida da Conceição, principiou seus estudos. Depois, para complementá-los com o curso primário, ingressou, em 1938, no Grupo Escolar "João Pessoa", regido pela professora Zuleide. Concluído o curso primário, em 1940, retirou-se da vida estudantil, passando a viver dos afazeres do lar em companhia dos pais que necessitavam de sua ajuda. Mais tarde, em 1945, depois de haver prestado os exames preparatórios e, em parte, desincumbida das tarefas domésticas que lhe sacrificaram a seqüência regular dos estudos, matriculou-se no Colégio "XV de Novembro", de onde só sairia em 1949 devidamente preparada pela clarividência dos professores Swetmann, Agildo Vieira, Uzaí Canuto e outros. Em fins da

década de 1960, tendo de se transferir para o Estado de Sergipe em decorrência da atividade profissional do seu esposo, conseguiu aprovação no concurso vestibular da Universidade Federal de Sergipe, para o curso de graduação em História. Seus estudos universitários começaram em 1973 na antiga Faculdade de Filosofia, no prédio onde hoje funciona o Instituto de Previdência do Estado — IPES, na rua de Campos, 177. Ali, onde mestres e discípulos conviviam sob a proteção das árvores fagueiras e do gorjear dos pássaros, Benemérta distinguiu-se dos demais colegas pela lealdade de sua amizade, pelo espírito de cordialidade e pelo requinte do tratamento oferecido às pessoas de todas as condições.

Fruto de sua motivação pela pesquisa histórica e pelo trabalho desenvolvido nas várias etapas do Projeto de Levantamento de Fontes Primárias para a História de Sergipe levado a efeito pelo Departamento de Filosofia e História, de pronto foi convidada pela emérita professora Maria Thétis Nunes — logo depois de ter-se graduado, em 1978 — para exercer o magistério no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na condição de secretária administrativa e orientadora de pesquisa. Neste sodalício, para o qual chegou em 1979, emprestou todo o seu sacrifício. O amor que destinou à vida e ao sucesso da instituição só pode ser comparado ao sacerdócio do saudoso Epifânio da Fonseca Dória, falecido em 1976.

Apaixonada pela cultura germânica, a partir de 1984 passou a estudar língua teutônica com o professor Uwe Werner Helbing, natural da cidade de Hamburg da Bundesrepublik Deutschland, agora residindo em Aracaju, e manteve com os principais centros de divulgação daquele país o mais estreito relacionamento. Ouvia, religiosamente, a Deutsche Welle e lia com assiduidade a Deutsche Tribüne, o Die Welt e a revista Scala, editada pela Frankfurt Societats.

Como pessoa voltada para a vida intelectual contribuiu com pesquisas e fornecimento de fontes para professores, historiadores e alunos de todos os graus de ensino; auxiliou os jornais e revistas de Sergipe com informações inestimáveis para o feitiço de suas reportagens científicas e culturais. Em 1983, em parceria com este articulista, escreveu no jornal *“Opinião”*, edição de maio, sobre os “Cem anos de Epifânio Dória”, alertando as autoridades e as instituições para as homenagens que deveriam ser prestadas a um dos maiores vultos da intelectualidade sergipana. Afinal, para Benemérta, todos os dias de Epifânio Dória *“foram vividos como um apóstolo que busca a perfeição no cumprimento de todas as missões”*. Já em 1987 convidada pelo professor Manoel Alves de Souza, então pró-reitor de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Sergipe, escreveu sobre “Antônio Fernandes da Silveira: o pai da imprensa

sergipana”, trabalho que saiu impresso no Caderno de Cultura do Estudante, edição professor José Aloísio de Campos, Ano IV, Nº 4, analisando o momento difícil da política sergipana no decênio de 1820, a peleja entre o padre Antônio José Gonçalves, português e defensor da recolonização do Brasil, e José de Barros Pimentel, chefe do Partido Liberal, a trajetória do monsenhor Silveira como secretário e presidente da Província, e o mérito do seu esforço para instalar uma tipografia e fazer circular o “Recopilador Sergipano”, nosso primeiro jornal.

Vivendo como viveu, sem nódoas da vindita e sem ser odiada, as numerosas amizades transformaram-lhe a vida num majestoso altar de amor. Foi possível para ela — e tão-somente para ela — numa época de dilaceramento dos espíritos e de tormentos, em que a febre das desregradas ambições aniquila a maioria do homens, preservar fidelidade à sua vocação de servir sem o desejo de recompensa.

Não possuiu apenas um coração aberto para os aflitos, para os desamparados e para as crianças desprotegidas; Benemerita possuiu um dos espíritos mais íntegros que eu já conheci. Pode-se dizer que no coração de Benemerita de Barros Vilela se edificou a oferenda mais perfeita de Deus.

Pelejou desesperadamente contra a dor e, finalmente, vencida por ela conquistou não somente a imortalidade no coração de seus filhos Aguinaldo, Araty, Alba, Avalty, Mônica e Neno, mas nos corações de todos nós que nos beneficiamos com a riqueza de sua vida. Queira crer, Bebê, “que este silencioso falar a sós com Deus é a experiência mais importante do homem”.

SÓCIOS FALECIDOS

Beneméríta de Barros Vilela
Evaldo Alcides Freire
Godofredo Diniz Gonçalves
Jocelino Emílio de Carvalho
José Augusto Garcez
Luiz Carlos Rollemberg Dantas
Maria das Graças Menezes Moura
Osman Hora Fontes
Pedro José Soares Neto
Sebastião Baptista Baronto
Temístocles Diniz Gonçalves
Urbano de Oliveira Lima Neto

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

9

ARTIGOS E ESTUDOS

FONTES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO EM ARQUIVOS DE ARACAJU

Beatriz Góis Dantas 13

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS EM TERRAS DE SERGIPE NO SÉCULO XIX

Lourival Santana Santos 31

TRÁFICO INTER E INTRA-PROVINCIAL DE ESCRAVOS NO NORDESTE AÇUCAREIRO: SERGIPE (1850-1887)

Josué Modesto dos Passos Subrinho 45

CALENDÁRIO RELIGIOSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE ESTÂNCIA: 1772-1827

Francisco José Alves dos Santos 69

O LIBERALISMO LINGÜÍSTICO DE SÍLVIO ROMERO

Antonio Ponciano Bezerra 81

SERGIPANAS NO CONVENTO DA SOLEDADE DA BAHIA

Luiz Mott] 91

OS VELHOS COMANDANTES — LUIZ MENDES DE MORAES

Arivaldo Fontes 99

FÁVILA NUNES, REPÓRTER EM CANUDOS

José Calasans 101

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO, NUMA BIOGRAFIA DE ANÍSIO TEIXEIRA

José Otávio 111

INSURREIÇÃO DE SANTO AMARO DAS BROTAS — ANTECEDENTES

Maria Thétis Nunes 125

NOTÍCIAS DE GREVES EM SERGIPE — 1915–1930

Ibarê Dantas 137

JACKSON DE FIGUEIREDO — CEM ANOS

José Silvério Leite Fontes 155

ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO

UMA EXPLICAÇÃO NECESSÁRIA 173

UMA PÁGINA SOBRE A COMPANHIA DE JESUS EM SERGIPE

Carvalho Lima Júnior 175

PÁGINAS DE SAUDADE

PROFESSOR FELTE BEZERRA

Maria Thétis Nunes 197

URBANO NETO

L. F. R. Soutelo 201

JAG, UM ESTRANHO HOMEM

Luiz Antônio Barreto 203

BENEMÉRITA DE BARROS VILELA

Pedrinho Santos 207

SÓCIOS FALECIDOS 211